

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Filosofia

Departamento de Graduação

Cristina Pedro Siteo

**Ética do Dever: fundamento da preservação dos valores humanos à
luz do pensamento de Immanuel Kant**

(Licenciatura em Filosofia)

Maputo, Agosto de 2024

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Filosofia

Departamento de Graduação

Cristina Pedro Siteo

**Ética do dever: fundamento da preservação dos valores humanos à
luz do pensamento de Immanuel Kant**

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia da Universidade Eduardo Mondlane, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em Filosofia

Tutora: *Mestre* Nazarete Justino Raice

Maputo, Agosto de 2024

Declaração de Compromisso de Honra

Eu, Cristina Pedro Siteo, filha de Pedro José e de Cristina Vumane, portadora do B.I. n°110101642257p, emitido pelo arquivo de identificação civil da cidade de Maputo, aos 10/01/2024, declaro que esta pesquisa científica é resultado da minha autoria, sob orientação da minha tutora. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas na bibliografia final. Declaro ainda, que este trabalho não foi apresentado em nenhuma outra instituição para a obtenção de qualquer grau académico nem como forma de avaliação.

Maputo, Agosto, 2024

(Cristina Pedro Siteo)

Dedicatória

Ao meu pai, Pedro Site e a minha mãe, Cristina Siteo. Aos meus irmãos, Félix Siteo, José Siteo, Elisa Siteo, Alzira Siteo, vacilina Siteo, Amélia Siteo, Jobia Siteo. Aos meus sobrinhos, tios e primos.

"Age de tal maneira que a máxima da tua acção devesse torna-se ao mesmo tempo uma lei Universal" (KANT, 1785, p. 16).

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo dom de vida, por guiar sempre os meus passos, por me encher de energia e saúde nesta jornada. Agradeço aos meus pais, por terem-me aceite e pela educação que me forneceram desde criança. Aos meus irmãos: Feliz, José, minhas irmãs, Alzira, Eliza, Vacilina, Amélia, Jobia. Por me terem apoiado sempre nas minhas dificuldades e por contribuírem na minha formação.

Aos meus sobrinhos Pedro, Armando, Ilton, Hermelindo, Cristiano, Gilneusio, Acácio, Emiliano. Minhas sobrinhas, Rayma, Salma, Naira, Cristina, Flávia, Artimiza, Rosa, Alda, Marina. Aos meus tios Jaime, Catarina, Arminda. Meus primos, Rainha, Celso, Nelson, Abrão, Pedro, Elisa, Marito, Gilda, com o seu saber ajudaram-me a fabricar o mérito do que sou digna hoje, e pela convivência harmoniosa, nos momentos difíceis e alegres.

Sem poder deixar de mencionar a minha supervisora, *Mestre* Nazarete Justino Raice, pela sua forma sábia, paciente e disponível sempre em ajudar, que ouviu pacientemente as minhas ideias e partilhando comigo os seus ensinamentos. Quero expressar a minha admiração e faço-lhe referência pela sua competência profissional. Agradeço os momentos de inspiração que me proporcionou de maneira genuína. Agradeço a todos os docentes da faculdade de filosofia, como é o caso do *doutor* Fernando José António pelo incentivo que me proporcionou no tema que escolhi, as suas palavras despertaram-me o interesse pelo tema, e pela troca de conhecimento que foram importantes na minha vida académica.

Agradeço aos meus colegas do curso pelo apoio que me deram através da colaboração de ideias, debates sobre várias questões a nível de satisfação de exigências durante a formação. Agradeço especialmente ao colega Isaquial Ângelo Airone, pela partilha de conhecimento, experiências, e partilha de obras e de ideias principais deste tema. Agradeço a tia Cláudia, pelo apoio que me tem concedido nesta jornada, pelos conselhos que me ofereceu, pela colaboração dialógica e compressiva que me ofereceu durante a minha formação, ajudaram me muito para a consecução da minha formação.

Resumo

A monografia tem como título: *A ética do dever: fundamento da preservação dos valores humanos*. A escolha do tema deve -se ao facto da ciência moderna, ao longo das suas pesquisas científicas ou invenções tecnológicas, ter-se afirmado como uma negação da existência das outras ciências humanas para a explicação da realidade humana ou do comportamento humano na sociedade. A ciência moderna afirma-se como "senhora do universo" por meio do uso da razão instrumental fundamento da mesma culminando com a dominação e exploração massiva da humanidade moderna, pois a natureza humana, a vida e as vivências humanas foram conhecendo cada vez mais a destruição. Portanto a raça humana conheceu limites e perigos resultantes da ciência moderna, o que implica a crise da moralidade provinda das práticas instrumentais tais como: violência doméstica, violência psicológica, violência verbal, bullying, terrorismo, homicídio, genocídio, racismo, racismo epistémico, fuga de responsabilidade, relações amorosas de curta duração (prostituição), xenofobia, cheias, colonização entre nações ou civilizações bem como individualismo. Em face deste episódio a ética do dever busca estabelecer por meio da lei moral a identificação e a justificação da moralidade da humanidade. Assim sendo a ética do dever oferece possíveis respostas dos conflitos morais, daí a preservação dos valores humanos enquanto critérios chave para o reconhecimento da dignidade humana no universo humano. Os valores humanos resultam do estabelecimento e do cumprimento obrigatório da lei moral estabelecida pela ciência da moralidade kantiana. Eis o problema da pesquisa: Até que ponto a ética do dever proposta por Immanuel Kant constitui fundamento da preservação dos valores humanos? A pesquisa tem como objectivo geral: reflectir em torno da ética do dever enquanto fundamento da preservação dos valores humanos. O quadro teórico desta monografia baseia-se na ética do dever que ganha corpo com as obras do autor. A pesquisa tem como método a revisão bibliográfica, sustentada pela hermenêutica textual e comparativa. O procedimento conduz à uniformidade das ciências e por consequência propõe a preservação dos valores humanos. Devendo-se por isso adoptar a ética do dever. A estrutura do trabalho compreende três (3) capítulos, dos quais o primeiro aborda sobre a emergência epistemológica do pensamento ético de Kant. O segundo aborda sobre a discussão do fundamento da ética do dever em face da preservação dos valores humanos. Enquanto o último capítulo aborda sobre a crítica da ética do dever a partir da ética do discurso.

Conceitos-chave: Ética do dever, valores humanos, ciência moderna, iluminismo

ÍNDICE

Introdução.....	8
CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO EPISTEMOLÓGICA DA EMERGÊNCIA DO PENSAMENTO ÉTICO DE IMMANUEL KANT.....	11
1.1. Vida e obra de Immanuel Kant.....	11
1.2. Influência da Ciência Moderna na Ética do dever.....	14
1.3. A Emergência do Iluminismo.....	29
CAPÍTULO II: DISCUSSÃO DOS FUNDAMENTOS DA ÉTICA DO DEVER EM FACE DA PRESERVAÇÃO DOS VALORES HUMANOS.....	37
2. Fundamentos da ética do dever.....	37
2.1. Conceito dos valores humanos.....	47
2.2. A ética do dever em face da preservação dos valores humanos.....	50
2.3. Exemplo de aplicação da ética do dever em Moçambique no sector da saúde.....	54
CAPÍTULO III: CRÍTICA DA ÉTICA DO DEVER A PARTIR DA ÉTICA DO DISCURSO.....	59
3. Conceito da ética do discurso.....	59
3.1. Do agir estratégico ao agir comunicativo.....	62
3.2. Reformulação do imperativo categórico.....	64
Conclusão.....	69
Referências bibliográficas.....	71

Introdução

Esta monografia científica subordina-se ao tema *Ética do Dever: fundamento da preservação dos valores humanos a luz do pensamento de Immanuel Kant*. A escolha deste tema surge da constatação da soberania da ciência experimental no período moderno. A ciência experimental baseava-se numa metodologia positiva e no excesso do uso da razão instrumental, causando o racismo epistémico ou a exclusão das ciências humanas a exemplo da ética para o estudo do comportamento humano na sociedade moderna. Esta postura da ciência experimental tornou a ciência como senhora do universo, culminando com a dominação, destruição, exploração bem como com a crise dos valores humanos no seio da humanidade a chamada crise da moralidade. Posto isso, urge que abraçar-se a ética do dever, uma ciência que reconhece os valores humanos.

A pesquisa toma como problema: até que ponto a ética do dever proposta por Immanuel Kant constitui fundamento da preservação dos valores humanos? Do problema exposto a pesquisa será norteada pelas seguintes questões de partida: Em que contexto epistemológico emerge o pensamento ético de Immanuel Kant? De que maneira Immanuel Kant discute o fundamento da ética do dever em face da preservação dos valores humanos? Até que ponto a ética do discurso levanta uma crítica a ética do dever?

O trabalho tem como objectivo geral: reflectir em torno da ética do dever enquanto fundamento da preservação dos valores humanos. Do objectivo geral extraiu-se três (3) objectivos específicos: Contextualizar a emergência epistemológica do pensamento ético de Immanuel Kant; Discutir o fundamento da ética do dever em face da preservação dos valores humanos; e Criticar a ética do dever a partir da ética do discurso.

Este tema é pertinente na medida em que: a categoria pessoal oferece nova perspectiva do conhecimento, em contraposição á dominação científica moderna, neste sentido, supera a rejeição das ciências humanas a exemplo da ética. No âmbito académico, estimula os indivíduos a pensar e a criticar a partir dos seus contextos e, a categoria social, constrói a valorização da pessoa humana, permitindo o aperfeiçoamento da dignidade humana.

O quadro teórico desta monografia baseia-se na ética do dever que ganha corpo com as seguintes obras: "*Fundamentação da metafísica dos costumes*", "*Metafísica dos costumes*", "*Crítica da razão pura*", "*Crítica da razão Prática*", "*Religião nos limites da simples razão*", "*Resposta a pergunta: que é o Iluminismo?*", "*Antropologia do ponto de vista pragmático*", "*A Ideia de uma*

história do ponto de vista cosmopolita" "O Conflito das Faculdades", "A Paz Perpétua". Desta bibliografia extraiu-se os seguintes conceitos: Ética do dever, valores humanos, Imperativo categórico" lei moral".

O termo ético surge no contexto filosófico e social, com Aristóteles e Sócrates, na idade antiga, que significa uma vida colectiva ou bem viver com vista a garantia da felicidade e a promoção da dignidade humana. Porém, na obra "fundamentação da metafísica dos costumes", Kant incorpora este conceito na ciência da moralidade para significar identificação e justificação da lei moral. O conceito ético do dever em "*fundamentação da metafísica dos costumes*", é sintetizado como forma de proceder com moralidade na humanidade, isto é, a busca do bem-estar colectivo. Valores humanos na contemporaneidade.

Ora o Homem preserva os valores humanos por meio da ética do dever permitindo a erradicação da barbárie e dos obstáculos sociais tais como: terrorismo, corrupção, fuga de responsabilidade, insegurança jurídica, violência doméstica, homicídio, individualismo, relações amorosas de curta duração, bullying. A ética do dever permite também, o melhoramento da vida moral. Neste sentido urge que o Homem actual tenha uma prontidão ética que lhe permita a conservação dos seus valores, que lhe identificam em relação aos outros fenómenos da natureza, em face dos problemas causados pelo avanço ou progresso tecnológico e científico no mundo moderno.

A ética do dever é uma resposta satisfatória para a crise de valores humanos, que outrora, fazia-se sentir no mundo moderno, no qual com alastramento das obras cartesianas, baconianas, e newtonianas, o mundo moderno encontrou-se em colapso na chamada menoridade intelectual, da qual a obscuridade tomava conta da razão humana. A ciência entendida como operacional a sua essência era a técnica, assim tornou-se secularizada ou profana. Dado que mais do que, se alicerçar no melhoramento da vida humana, dificultava a mesma, jogando o mundo moderno para um lago de fogo, sem escudo nem broquel para a ressurreição da humanidade.

A ética do dever surge neste contexto, para tomar a consciência dos limites da ciência tal como iluminar a modernidade pela lei moral. Assim sendo a ética do dever é uma restauração dos valores humanos ora perdidos na modernidade com o alastramento da razão instrumental. Por via disso, constituiu também um fundamento para a conscientização da modernidade bem como da moralidade humana, desta época vigente

A pesquisa tem como método a revisão bibliográfica, que consiste na recolha do material necessário para a elaboração desta monografia, sustentada pela hermenêutica textual e comparativa como técnica que facilitaram na leitura, interpretação e compreensão de textos obtidos.

A estrutura do trabalho compreende três (3) capítulos. No primeiro capítulo trata-se do contexto da emergência epistemológica da ética do dever, no qual apresentam-se os pressupostos que contribuíram para a emergência da ética do dever. No segundo capítulo Discuti-se o fundamento da ética do dever em face da preservação os valores humanos, no qual apresenta-se o imperativo categórico como princípio para a regência da moralidade no seio da sociedade. E por fim, o terceiro capítulo, critica-se a até que ponto a ética do discurso levanta uma crítica a ética de dever.

I: CONTEXTUALIZAÇÃO EPISTEMOLÓGICA DA EMERGÊNCIA DO PENSAMENTO ÉTICO DE IMMANUEL KANT

Neste capítulo contextualiza-se a emergência epistemológica do pensamento ético de Immanuel Kant, tendo em conta os pensadores ou filósofos do pensamento da ciência experimental. A ética do dever apresenta-se no contexto do pensamento da ciência experimental, levantando assim, uma crítica ao paradigma cartesiano, mecanicista ou instrumental. Assim também, a ciência da moralidade de Kant apresenta lacunas apresentadas pela ciência experimental, baseada esta última no sistema de dominação e exploração da natureza e da humanidade. Desta feita, a ética do dever faz a defesa do uso autónomo da razão, esta consiste no estabelecimento da lei moral, para regular a conduta humana ou o agir do comportamento humano. Bem como se inspira no iluminismo, movimento filosófico que busca a regulação do mundo através da razão iluminista. A ética deontológica tendo o seu fundamento na razão pura e na liberdade do pensamento objectiva-se ao desenvolvimento de competências morais do mundo em geral.

1.1. Vida e obra de Immanuel Kant

De acordo com GARDINER (1974, p. 84) Immanuel Kant nasceu no início do século XVIII, concretamente no ano de 1724, na cidade prussiana chamada Königsberg (hoje Kaliningrado, um enclave russo), na qual viria a permanecer durante toda a sua vida. Pertenceu a uma família bastante humilde era seguidor e adepto do pietismo, um movimento protestante que defendia a desvalorização da dimensão pública ou cerimonial da religião bem como a insistência em dogmas teológicos sublinhando antes a importância da conduta moral (comportamento humano) e da relação pessoa com Deus. O pastor pietista da família de Immanuel Kant, apercebendo-se do seu talento fê-lo entrar na escola, designada de Collegium Fredericianum.

Immanuel Kant estudou neste colégio aos oito (8) anos de idade até aos dezasseis (16) anos de idade, tendo encontrado um currículo exigente que incluía disciplinas tais como: matemática, geografia, história e línguas entre as quais apreciou latim e grego especialmente. Os pais de Kant nunca tiveram condições financeiras para lhe fornecer a educação formal, daí que o pastor pietista forneceu-lhe oportunidade possível para frequentar o seu ensino fundamental, após este ensino Kant prosseguiu com os seus estudos de forma gradual, baseando-se nas suas habilidades académicas.

As condições financeiras da família de Kant eram tão insuficientes para que Kant penetrasse na escola ou que frequentasse um ensino básico, daí o seu apoio por parte do pastor pietista, como uma espécie de caridade ou espírito de solidariedade.

Immanuel Kant filho de uma família modesta, seu pai era João Jorge, foi um seleiro e a sua mãe, Regina Reuter, era dona de casa. Foi a sua mãe quem lançou no filho as sementes do bem, o profundo sentimento pela beleza da natureza e estímulo do seu amor ao conhecimento (KANT, 1984, p. 56).

Immanuel Kant familiarizou-se com a física de Isaac Newton (1643-1727), na qual encontrou o modelo do conhecimento científico bem como o sistema dos filósofos alemães a exemplo de Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) e familiarizou-se também com o pensamento de Christian Wolff (1679-1754), cujo racionalismo viria Kant a criticar mais tarde. Porém com a perda dos seus pais Kant ficou sujeito a uma situação financeira muito crítica para prosseguir com os seus estudos universitários.

A partir dos anos de (1747-1755) trabalhou como tutor nas mediações de Königsberg, razão pela qual nunca se afastou da sua cidade natal. Tendo preparado duas (2) dissertações e também a sua obra de grande relevo intitulada História Natural Universal e Teoria do Céu (1755), em que usou os princípios newtonianos para explicar a origem do sistema solar. Obteve também o grau de mestrado que lhe permitiu ensinar aos alunos universitários de forma solidária no processo de ensino e aprendizagem.

Immanuel Kant imbuído com o seu saber epistemológico sentiu uma paixão em espalhar o seu conhecimento, de maneira a contribuir na formação da juventude alemã daí que apesar de ter tido mínimas condições financeiras apostou na educação dos jovens da sua civilização. Kant acreditava que por meio da educação seria possível um desenvolvimento moral, político, jurídico, filosófico, pois para ele a educação ou o ensino é um instrumento de emancipação do Homem enquanto um ser racional.

A formação de Kant foi também alimentada pela sua família a exemplo de seus irmãos: Catharina Kant e Enrogot Christian Wasiansk, ficaram responsáveis pelas suas finanças tais como: saúde, alimentação e habitação. Kant manteve um ambiente amistoso com a sua família, daí que meses antes da sua morte manteve-se na casa dos seus irmãos para fornecer-lhes

conselhos de prudência. Kant foi também reconhecido como portador de uma filosofia brilhante do seu tempo, por meio da publicação das suas ideias contidas nas suas belas obras, porém nos finais do século XVIII, concretamente no ano de 1796. Kant começa a passar por um momento arrogante para a produção da sua actividade de professor e filósofo, devido a perda de memória ou sinais de esquecimento e dificuldade para a produção de pensamentos complexos.

Immanuel Kant chegou a leccionar vinte e seis (26) horas semanais ocupando-se das seguintes disciplinas: metafísica, matemática, ética, física, lei natural, teologia natural e psicologia, tendo trabalhado como bibliotecário. A partir de (1740) frequentou a universidade de Königsberg como estudante de teologia, mas dedicou-se sobretudo a filosofia e a matemática (KANT, 1985, p. 45).

Após um período em que Immanuel Kant, desempenhou o papel de tutor no seio de famílias notáveis, regressou para leccionar na universidade de Königsberg, onde passou finalmente a ser professor em 1770, dando curso sobre uma ampla área de assuntos que tratavam sobretudo da metafísica, da lógica, das ciências da natureza, da geografia, da antropologia, da física e da matemática. Nestas ciências Immanuel Kant estava interessado em fornecer o conhecimento aos seus estudantes ainda que fosse de forma solidária, na medida em que dava aulas sem receber nenhuma recompensa monetária. *"Nas obras mais importantes Kant preocupou-se, evidentemente com problemas da metafísica e da epistemologia, da moral e da estética bem como com a análise de conhecimento, sua origem e suas condições"* (idem, 1974, p. 28). As observações feitas nas obras de Kant, este fazia uma análise do comportamento humano, da origem do conhecimento, das condições de validade do conhecimento bem como do estudo da essência das coisas. Após Kant ter se tornado ano de 1770 professor da universidade de Königsberg, alcançou de forma segura e modesta a segurança financeira que tanto desejava para prosseguir com o desenvolvimento da sua investigação.

As condições financeiras da família kantiana desde a sua fase infantil até a sua maturidade estudantil nem sempre foram suficientes para a defesa dos seus estudos, sua vida, sua condição económica e seus investimentos para a continuação com os seus estudos universitários. De acordo com GARDINER (1974, p.163), Immanuel Kant publicou as seguintes obras: História Natural Universal e Teoria do Céu de (1755); a Fundamentação da Metafísica dos Costumes (1785); a Crítica da Razão Pura de (1781); a Crítica da Razão Prática de (1788); a paz Perpétua

de (1795); a Religião nos Limites da Simples Razão (1793); a obra intitulada o Conflito das Faculdades de (1798); a Metafísica dos Costumes de (1797); a obra sobre a Pedagogia; a obra intitulada Antropologia do Ponto de Vista Pragmático; a obra intitulada História Universal do Ponto de Vista Cosmopolítico, entre outras obras. A vida de Immanuel Kant filósofo, iluminista, professor e tutor, começa a conhecer o seu fim no início do século XIX ainda no período moderno, isto concretamente em 1804. Immanuel Kant morreu na sua terra natal, na Alemanha (em Koliningrado- Kongsberg), devido a causas naturais aos oitenta (80) anos de idade. Após sete (7) anos depois de ter sido reformado. No aspecto pessoal da sua vida ficou conhecido por manter uma rotina quase inquebrável, mas também pelas suas qualidades como professor e pelo seu espírito eminentemente sociável.

1.2. Influência da Ciência Moderna na Ética do Dever

Segundo GARDINER (1974, p. 27) Immanuel Kant herda o espírito da ciência moderna, na qual a mesma baseava-se nos procedimentos de Bacon, Galileu, Copérnico, Descartes e outros mecanicistas, ou seja, na razão instrumental cuja, a sua essência era a técnica. Immanuel Kant viveu o momento da ciência moderna, porém não comumente ligado a razão instrumental, que outrora foi instaurada por Descartes, Bacon, Newton e outros mecanicistas. A ciência moderna deixava a humanidade sobre a destruição propositada pelas suas metodologias anti-sociais. A ciência experimental conclui-se num conhecimento que desenvolve-se segundo métodos de experimentação ou observação sistemática de fenómenos da natureza, a partir de teorias mecanicistas.

A ciência moderna ocorre no mundo físico baseado nos processos mecânicos ou seja, desenvolve-se segundo movimentos de corpos, entendidos como fenómenos que abrangem o Homem enquanto receptáculo das invenções da ciência experimental. Apesar de o Homem ser privilegiado da reflexão ou um ser capaz de exercer as faculdades de imaginação e memória, a sua mente é idêntica a mente divina na medida em que a sua reflexão compõe o cerne de todas as coisas, porém a ciência moderna impõe sobre o Homem um domínio sobre a sua natureza. "*A ciência consiste num conhecimento fundamentado na razão a priori, com vista a orientação da humanidade*" (KANT, 1974, p. 34). Immanuel Kant vivenciou o momento da ciência moderna, porém, não comumente ligado a ela, na qual a natureza, a vida humana e outros fenómenos da mesma deviam ter uma explicação razoavelmente operacional ou técnica.

Immanuel Kant foi influenciado pelo clima intelectual da ciência experimental, no qual a humanidade humana sujeitou-se a dominação e exploração massiva, resultantes da instrumentalização das práticas humanas bem como da própria natureza humana.

O pensamento ético de Kant alinha-se a sua teoria deontológica, na qual propõe uma ética fundamentada no dever ou seja na razão entendida como uma norma ou lei. A lei consiste no princípio que determina a vontade livre, aquela que emana da razão, enquanto capacidade de julgar. *"O Homem nem sempre tem sabido ser o que devia ser, ou comportar-se de tal modo a corresponder a sua natureza. Pois, por vezes desvia-se mesmo nas suas belas intenções, criando o fosso entre o dever e o dever ser, e entre o real e o ideal"* (MUCALE, 2013, p. 39). Assim a ética do dever fixa através da lei moral os padrões bem definidos para a conservação da vida humana, a partir desta, o modo de vida da humanidade nas suas diferentes condições seria norteada por valores, princípios e padrões que encontram o seu fundamento na ética do dever.

A ética do dever é uma ciência que mostra uma antipatia com o servilismo outrora, desencadeado pela ciência moderna, visto que esta tinha como último propósito a escravização e a exploração da criatura. Na ética do dever o ser humano é portador de dignidade o que significa ser tratado como um fim ou um ser cuja, a sua essência última é a preservação da sua existência, ou da liberdade enquanto um princípio da vontade de agir de acordo com as suas convicções.

A ciência moderna fundamentava-se na dominação da humanidade moderna através do uso da sua metodologia positiva ou do excesso do uso da instrumentalização da razão, já que a razão moderna servia de instrumento para a destruição da humanidade desta época. *"A ciência experimental é uma espécie de positividades, é portanto uma formação de grupos de objectos, conjunto de enunciados. Elementos assim formados constituem um conhecimento de ilusões"* (FOUCAULT, 2008, p. 203). A ciência moderna na sua essência busca o domínio da humanidade moderna. Nesta aventura a ética do dever é de cariz normativa pois baseia-se na lei ou norma universal (lei universal), para a instauração de valores do Homem e da sua dignidade promovendo princípios que norteiam a acção humana.

O Homem deve preservar a natureza de tal maneira que seja capaz de ordenar a sua vida nos moldes da razão humana, baseando-se na noção de leis da natureza, na qual o Homem torna-se acostumado com ela, encerrando implicações muito profundas.

Uma das implicações científicas consiste precisamente na eliminação da dignidade ou moralidade humana, por isso a ciência moderna no seio da civilização moderna, constitui-se num elemento teológico tendo desempenhado um papel de dominação do mundo. De acordo com BACON (2008, p. 13) a ciência e poder do Homem coincidem, uma vez que a ciência antes foi ignorada e sem efeitos para a vida do Homem, pois este foi dominado pela natureza organicista, que por sua vez, alastrava provimento e mantimento para o Homem.

A ciência aristotélica permitia o Homem contemplar a natureza e sem esforço nem técnica para conhecê-la. A ciência moderna por meio do uso da técnica e da instrumentalização da razão, procura recursos auxiliares e procedimentos para fazer face a natureza. Na ciência experimental a natureza foi entendida como uma nova descoberta científica sendo que antes da existência da ciência experimental, a mesma era tratada como um organismo vivo que garantia mantimento e víveres para o Homem. *"A ciência dos últimos séculos tinha uma confiança no domínio concreto da natureza e da vida humana, pela via de teorias deterministas"* (BACHELARD, 2008, p. 47). Porém nesta revolução científica baconiana a natureza torna-se no sentido genérico uma máquina, que presencia massacres das descobertas científicas, que por ora, culminam com a destruição da mesma.

A natureza fica subordinada a ciência moderna, na qual submete-se às observâncias científicas, a partir desta ciência experimental os fenómenos da natureza são estudados de forma qualitativa, já que os fenómenos da natureza compreendem a uma observação qualitativa. Neste sentido o mesmo Homem torna-se assim no ministro e intérprete da natureza, procurando recursos auxiliares para regular e ampliar o trabalho científico. *"A ciência moderna expondo a exploração paralela dos seus limites internos e externos na humanidade desta época, neutraliza a existência da moralidade, através da sua concepção contra-hegemónica"* (SANTOS E MENESES, 2013, p. 48). Desta forma a ciência moderna deixa de lado alguns tipos de saberes especialmente os da humanidade, ou as ciências do espírito, de maneira a elevar o seu poder de exploração massiva. Ora, esta ciência com a rejeição da contemplação para a interpretação da natureza atende cada vez mais a uma consistência de causa e regra prática para a explicação da realidade que abarca o Homem moderno. Com as actividades científicas provindas da ciência experimental, as práticas dos Homens, as suas heranças, seus costumes ou hábitos foram determinados a partir da ciência experimental. Esta ciência com o uso excessivo dos métodos instaurados pelos mecanicistas,

produz na natureza uma queda da visão positiva da vida, dado que nem sempre a ciência experimental atendia ao melhoramento da vida, pois tem alastrado a partir da sua mentalidade instrumental uma explicação negativa do comportamento humano.

A verdadeira causa e raiz de todos os males que afectam as ciências é uma única: enquanto admiramos e exaltamos de modo falso os poderes da mente humana, não lhe buscamos auxílios. Por esta lógica supera em muito, a complexidade, os sentidos e o intelecto. [...]. Todas aquelas belas meditações, especulações humanas e todas as controvérsias são coisas más (BACON, 2008, p. 13).

A ciência moderna possuía uma lógica actual para o incremento das novas invenções da mesma, por via disso objectiva-se ao assolamento da natureza moderna e da vida humana. Com a introdução da razão instrumental consequente do abandono da razão especulativa, a teoria mecanicista da natureza sobrepõe-se a teoria organicista. A ciência aristotélica, aquela que tem uma consistência teórica e positiva sobre a vida dos Homens, faz-se assim a substituição da ciência aristotélica pela ciência baconiana.

Com o surgimento da ciência moderna o Homem acreditou que esta ciência seria o refúgio da sua sobrevivência biológica em relação a ciência primitiva, aquela em que o Homem usava o seu conhecimento para o melhoramento da sua natureza e não a sua exploração. *"A razão instrumental é uma razão quente, aquela que vive bem com emoções, afectos e sentimentos, no contexto de lutas, e especialmente de lutas que acarretam riscos pessoais"* (SANTOS, 2019, p. 35). A razão instrumental enquanto instrumento de mobilização dos conflitos morais e cívicos, impõe na humanidade moderna diferenças éticas a semelhança da crise de valores humanos. Na ciência moderna há a exaltação da razão instrumental, na qual a ciência moderna ganha uma explicação e consistência operacional, desta feita, a forma de compreensão e interpretação da natureza muda, ora, a imagem do mundo moderno ganha um outro sentido.

Ora, a humanidade começa a conhecer uma crise de valores, que norteiam as suas vivências no espaço social, daí que a sociedade a partir desta época moderna a sua raça humana conhece os limites e perigos que ora, advêm do avanço do conhecimento científico. A ciência moderna seria a única fonte plausível para a interpretação do mundo por meio do uso da razão instrumental, aquela que era inspirada nos procedimentos do paradigma mecanicista.

Neste paradigma mecanicista a natureza devia ser inspirada nos modelos das leis da natureza, no qual o último objectivo era a dominação da realidade tanto biológica, antro-po-social bem como Psicológica. A visão mecanicista da ciência experimental obteve sucessos sem precedentes da formulação de princípios teóricos quantitativos, esta visão mostrou de forma ingénuo a maneira como seria possível lidar com a interpretação e explicação de fenómenos anímicos a exemplo de comportamento humanos. *“A ciência moderna busca a ordem das coisas, por meio do conhecimento simplificador que abarca as ciências mais elevadas como a matemática universal, por congregar num todo a explicação total da realidade”* (DESCARTES, 2001, P.14). A ciência moderna enquanto estudo de particularidades precisas, rigorosas, universais e objectivas não depende dos fenómenos que os estuda mas sim dos métodos, teoremas ou leis da física para delimitar a observação destes fenómenos a partir das leis da física ou da abstracção.

Entretanto a ciência moderna é um conhecimento certo racional que investiga a essência das coisas bem como as suas condições de validade. Partindo de seus métodos de observação, assim sendo a ciência moderna pertence a enunciados logicamente demonstrados, o que se constata pela verificação dos fenómenos da natureza a partir de teorias físicas. A constituição da nova ciência estava assente nas bases do conhecimento da experiencia formulada na dependência excessiva de especulações metafísicas, o que por um lado constitui-se num apego ilegítimo da opinião da autoridade científica cultivada pelos mecanicistas, e por outro lado era uma contradição a ciência de Aristóteles, aquela especulativa sobre a interpretação da natureza.

A verdade é que a ciência moderna favoreceu a ideia de uma força intelectual rude e sombria que torna francamente insuportável todas as velhas representações metafísicas e morais da raça humana (MUSIL *apud* LYOTARD, 1988, p. 17).

Paralelamente a inteligência cartesiana a natureza e a vida humana sujeitam-se a dominação, exploração bem como estão condenadas a diabética racionalidade moderna. Com o uso da dúvida metódica a investigação científica ganha uma consistência absolutista, por dela se deduzir toda a explicação da vida moderna. Face a enumeração metódica, a interpretação da vida e da natureza é feita de maneira desordenada, na qual a alma racional concebe o pensamento simplificador para a compreensão do sentido da vida e da própria natureza. Com o pensamento cartesiano a ciência moderna transforma-se numa inteligência cega, na qual o conhecimento que é o modelo

adequado para a organização da vida humana, opera por meio da rejeição das outras formas de conhecimento tais como: a história, a ética, a política, a moral, a geografia, a sociologia bem como as outras ciências humanas e sociais. Os fenômenos da vida humana tal como o próprio comportamento humano foram interpretados ou explicados a partir do mecanicismo ou teorias físicas, aquelas exaltadas por Galileu, Descartes, Newton entre outros mecanicistas. Com Descartes desenvolveu-se uma perspectiva teórica que serviria como pano de fundo de toda a ciência dos séculos XVII, XVIII e XIX. *“A ciência experimental recolhe as teorias físicas nas quais, se move no sentido de teorias cada vez mais universais e rigorosas. As quais dão explicações rigorosas e unificadas do sentido da vida”* (WATHINS, 1990, p. 12). A ciência moderna através das suas leis deterministas visava a observação dos fenômenos do universo bem como do comportamento humano. Ora no mecanicismo o mundo corporal é caracterizado por um número muito pequeno de qualidades primárias, isto é, inerentes aos próprios corpos ou fenômenos da natureza, daí que estes fenômenos seriam estudados a partir da sua: extensão, forma, tamanho, movimento, impenetrabilidade, movimento, número e arranjos de partes.

Não há dúvidas de que o avanço da tecnologia trazido pelo aumento das actividades científicas trouxe consigo limites e perigos, dado que a tecnologia como produto da ciência torna-se a causa da decadência moral da humanidade moderna. A ciência moderna enquanto uma pedra angular para a determinação do comportamento humano, procura determinar as vivências humanas, bem como regular o comportamento humano a partir das leis naturais. *“A divindade interagiu e estabeleceu os comportamentos que reapareceriam no mundo mundano. Logo a desarmonia e a descontinuidade da realidade seriam uma aberração aos padrões comportamentais”* (MUCALE, 2013, p. 39). A ciência moderna enquanto religião da modernidade cultiva na sua máxima percentagem racional-instrumental a crise de valores humanos. Ora pré-determinada esta crise da moralidade pela razão mundana, assim a mesma ciência torna-se nada mais, nada menos, em uma ciência tão profana. A simplificação cartesiana, ou o paradigma simplificador controla a aventura da ciência moderna que data do século XVI a XIX, concretamente no ano de 1543 a 1885. Ainda nesta lógica com a formulação do paradigma simplificador de René, denominado "je pense donc je suis ou seja penso logo existo".

A racionalidade moderna ganha aqui um ritmo separador, pois a investigação científica abarca uma explicação quantificável sendo que a realidade que cerca o Homem é explicada a partir da

razão instrumental. A razão instrumental cumpria um papel de grande relevo na gravitação universal, o que implica a dominação da natureza a partir de teorias físicas, aquelas que trouxeram uma nova visão do mundo, já que esta ciência focalizou-se sobretudo na questão da investigação da natureza mecanicista. *"O conhecimento que temos também se estende sobre os corpos do mundo pela razão, depois se estende a todas as coisas que podem ser demonstradas acerca destes corpos mediante os princípios da matemática"* (DESCARTES, 2001, p. 277). Assim sendo o mundo moderno cai sobre o covil da dominação por via da magna razão instrumental. A ciência moderna como um pensamento simplificador é incapaz de conceber a realidade bem como conduzir a própria investigação científica, na medida em que priva a própria ciência de se conceber por si mesma e de se reflectir cientificamente.

Ora a ciência experimental não conseguiu atingir os objectivos do verdadeiro conhecimento científico, pois toda a ciência visa o melhoramento da vida humana nos seus diferentes aspectos tanto sociais, económicos, biológicos, físicos assim como morais. O saber rigoroso e universalmente valido constitui-se. A ciência moderna enquanto senhora do universo, desfaz nas suas profundezas a esperança da moralidade, dado que servia de instrumento para a transformação catastrófica da humanidade.

A ciência experimental está preocupada com o alastramento da crise da moralidade, por via das suas crenças observações cultivadas a partir dos métodos dos filósofos iluministas da idade moderna. Ora a experimentação de factos da natureza por meio das observâncias científicas criam a ideia da incapacidade de explicação dos fenómenos humanos a exemplo do comportamento humano, não pode ser estudado pelas leis da física mas sim pela lei moral. *"O saber rigoroso e universalmente válido, que constitui-se como configuração do mundo moderno, penetrou então nos povos sofrendores, pois deixou para trás a arte, a literatura, a ética, a filosofia da vida"* (DILTHEY, 2004, p. 18). Portanto o Homem confiante no poder da ciência experimental, acreditava que a partir dela seria possível o desenvolvimento da humanidade moderna. No tocante ao melhoramento das condições de vida, da cura de todas as doenças, da garantia da felicidade, entre outras formas da melhoria humana. Entretanto a ciência moderna acumula a informação, organiza a informação e nela procura a regularidade dos fenómenos da natureza tanto biológicos, físicos assim como humanos a partir da observação.

Entretanto a relação existente entre a própria ciência moderna, a natureza e o Homem desta época, é um factor destruidor da natureza e da sociedade humana. Ao longo dos últimos decénios do século XIX, e nos princípios do século XX, a tendência da aventura científica ou da pesquisa científica, já denotava os seus limites e perigos no campo social ou moral. Ora a ciência moderna assentada na razão instrumental pretendia tornar-se senhora do mundo moderno, incluindo a vida dos Homens e as suas vivências. *“A descoberta dos costumes do século XIX é concomitante á divisão do Homem em duas partes: a primeira é a do Homem que se moderniza e se transforma continuamente e a última é a do Homem que não desenvolve e não evolui moralmente”* (NGOENHA, 2013, p. 122). Desta forma a ciência moderna na sua essência busca reger a sociedade através da racionalidade instrumental. Razão da existência da ética do dever, para a garantia do sistema moral, ou da resolução das questões morais metafísicas, apesar do positivismo ter tentado sufoca-las como expressões de imaturidade do Homem.

O positivismo observava que o método positivo das ciências experimentais cumpria apenas as exigências do estudo dos fenómenos naturais. Desta feita a ciência moderna começa a conhecer os seus perigos e seus limites, nos séculos supracitados. A ciência moderna culminou com o alastramento da crise de valores humanos, da chamada destruição da harmonia, paz, justiça, respeito, entre outros valores humanos que caíram por terra devido a exaltação da racionalidade exploradora. Portanto os valores humanos são produto do estabelecimento da lei moral, aquela capaz de estudar o comportamento humano, pois o comportamento humano é irregular e imprevisível o que suscita a existência de uma ciência da moralidade para a determinação do comportamento humano. *“A medida em que a ciência conhece os seus limites a humanidade, sujeita-se a crise da moralidade, ora a esta altura, a sociedade está dividida em campos ou partidos em competição, assim os recursos da natureza fracassam”* (KHUN, 1998, p. 127). Desta forma a ciência moderna em face da crise profunda, é a razão pela qual a humanidade moderna sujeita-se cada vez mais a destruição técnico-científica. Dado que a existência humana na sociedade deve estar sujeita a regras que ordenam o comportamento humano, a vida nos seus diferentes domínios a partir de uma lei moral e não instrumental.

Ora a ciência moderna constituiu-se no problema dos Homens assim, deve ser discutida pelos espíritos humanos, de maneira a evitar que seja esta ciência antipática aos Homens. Portanto o surgimento desta perspectiva cognitiva ou seja, a busca do conhecimento a partir do próprio

conhecimento desviou absolutamente os interesses do próprio Homem moderno. Dado que o conhecimento científico levou ao esgotamento de recursos da natureza e ao aumento da destruição da camada de Ozono bem como com a conseqüente exploração dos recursos da natureza. *"Não existe ciência do singular, somente do universal. Logo existe uma ciência do ser humano e não do Homem"* (ARISTÓTELES *apud* BLAUND, 2018, p. 121). A ciência moderna considera-se como um pensamento em repouso, de certa forma fixo e parado, pois não oferece um modelo inspirador para o melhoramento da humanidade moderna. Assim também, tanto o paradigma simplificador assim como a razão instrumental revelam-se na vida humana como um paradigma mutilador.

Este paradigma procura a unificação de todas as teorias matemáticas entendidas como as mais abstractas para a regulação do comportamento humano, a partir de uma lei determinista. Portanto no paradigma separador a intenção da ciência era de natureza qualitativa, o que causa a exclusão das outras formas de saber a exemplo das ciências humanas. Estas ciências deviam ser que com o uso exacerbado da técnica, fundamento da ciência moderna, assim sendo com a mesma ciência os interesses da humanidade desta época histórica entram em declínio moral. O paradigma simplificador provoca um desequilíbrio entre a própria ciência e o sentido da compreensão da vida humana bem como da realidade. Uma vez que a mesma ciência vestiu-se por um véu de ignorância, na medida em que foi incapaz de mostrar as suas belas invenções de forma consciente e com um mínimo de moralidade.

Portanto a visão do mundo moderno reflecte-se com a queda da moralidade da humanidade da época em vigor influenciando os interesses morais do mundo em vigor. No seio da civilização humana na sua totalidade, no tocante a sua sobrevivência, dado que esta ciência atende cada vez mais a crise de valores que justificam a dignidade humana.

Pode-se acreditar que estou recusando de antemão qualquer cargo de engenheiro militar que me pudesse ser oferecido. [...]. Por esse cuidado em evitar que a ciência seja posta a serviço da destruição, assim, aproximo-me a Leonardo da Vinci, que temia o mau uso da máquina voadora que havia imaginado (DESCARTES, 2001, p. 102).

Neste curso, a ciência moderna, após ter rejeitado a razão especulativa e adoptado a razão instrumental, ganha uma consistência embrionariamente material ou técnica. Assim sendo a

natureza é também entendida como um fenómeno sem vida, pois a ciência experimental tem tratado a humanidade moderna como um mero objecto sem vida, aquela dotada da crise da moralidade. Pois a raça humana presenciou-se num momento feito da ausência de valores humanos e da conseqüente escassez do reconhecimento da sua existência ou dignidade em face de uma sociedade governada pela racionalidade instrumental. *"No trabalho da natureza o Homem não pode mais que unir e apartar os corpos. O restante realiza a própria natureza, em si mesma"* (BACON, 2008, p. 15). Com a emergência da ciência moderna a função da natureza mecanicista é ser desvendada, ou dominada até os estratos mais profundos e distantes da mesma. A ciência moderna eleva o poder da sociedade e a natureza a um nível jamais imaginado. Na qual, o indivíduo vê-se pior do que nunca provido por ela, colocando a modernidade numa situação injusta, na medida em que a dominação científica aumenta cada vez mais.

A vida humana mediante a divisibilidade instrumental torna-se lastimavelmente uma difusão hipócrita do espírito humano numa aspiração e negação da moralidade. Dado que a ciência experimental enquanto um fundamento para a explicação dos fenómenos tanto biológicos, sociais assim como humanos limitou-se em explicar o comportamento humano de maneira antipática. *"Uma mera catalogação de observações não é ciência, de facto o progresso do conhecimento da natureza teria parado há muito tempo se apenas fizéssemos observações"* (EDART, 1963, p. 16). Afinal o conhecimento científico é a reunião e organização de factos conhecidos. Relativamente as vivências humanas, aos costumes dos mesmos, tanto como a realidade da natureza, a ciência objectivou-se a exploração massiva da natureza. A ciência moderna durante o seu desenvolvimento científico colocou a civilização mundial mediante as práticas não morais, o que levou as sociedades humanas a crise da moralidade bem como a escassez de valores humanos.

Ora, a ciência moderna espalhou na civilização humana uma dominação e exploração da natureza, dado que tirou o direito de cidadania ou o direito de humanidade, daí a incapacidade da ciência experimental ter espalhado uma crise da moralidade da civilização moderna, retirando desta a preservação da sua existência na terra. Portanto a perspectiva da ciência da moralidade tem como fim não somente a denúncia da imoralidade cometida pela ciência moderna, como também a conservação da humanidade através do apelo a uma lei da moralidade capaz de nortear a conduta humana, bem como contribuir para o desenvolvimento moral, cívico, científico,

económico, financeiro, filosófico da humanidade. Esta ciência da moralidade serve também como uma bússola para a garantia da sobrevivência humana através da aplicação do princípio moral para a regulação do comportamento humano. Ora a lei moral é uma pura representação da realidade que cerca o Homem na sociedade.

Bacon capturou bem a mentalidade da ciência que se fez depois dele, uma vez que desprezava os adeptos da tradição científica e por vangloriar a razão instrumental torna a ciência moderna num casamento pouco feliz entre o entendimento humano e a natureza das coisas que o Homem tem em mente (ADORNO E HORKHEIMER, 1947, p. 63).

A ciência moderna constitui-se assim numa técnica verdadeira subjaz-se a serviço de todos os fins da economia capitalista, da fábrica e do campo de batalha. Assim também, está a disposição dos empresários, reis e comerciantes, que fazem dela um escudo para a dominação da vida humana. Portanto a ciência moderna transforma-se em uma ciência tão democrática, na medida em que é uma força que cada pessoa usa a fim de se servir dela de forma imprópria e por outras não conhece os seus limites.

Uma parte do conhecimento científico consiste no cultivo e no exame atento da tradição científica. Especialmente onde ela se vê entregue ao esquecimento como um lastro inútil pelos expurgados positivistas em compensação no colapso actual da civilização burguesa. O que se torna problemático não é apenas a actividade científica mas sim o sentido da ciência moderna (*idem*, 1947, P. 56).

Paralelamente a razão instrumental, a ciência moderna tem um valor operacional e a mesma transforma a modernidade numa religião. O seu papel consiste no domínio da natureza e da vida humana nas suas diferentes condições peculiares, da existência humana, na sociedade em que o próprio Homem se encontra. Assim, torna-se acompanhada de uma mentalidade cega na resolução dos conflitos sociais resultantes das invenções da mesma. *"Todo o edifício do conhecimento científico parecia construído sobre a rocha e ao abrigo de qualquer crise. Nos quais os grandes princípios estavam apurados, havendo somente que o Homem prosseguisse. Porém a crise veio"* (WATHINS, 1990, p. 10). Desta forma a ciência experimental subordinava a mentalidade humana a efémeros mecanicistas. Neste sentido a ciência moderna por meio do seu valor operacional e técnico é usada como uma espécie de jogo de alianças mercantis.

A ciência experimental submeteu na sua totalidade a humanidade moderna a uma vida assente nos moldes da emotividade, sensibilidade e efectividade bem como as demais formas sensíveis da conduta humana. A mesma ciência gera também, especialistas sem espírito para o ordenamento social e moral, atingindo assim um nível de civilização nunca antes alcançado.

Todo o conhecimento, até o mais físico sofre uma determinação sociológica. Existe em toda a ciência, mesmo na física uma dimensão antro-po-social. [...]. Tudo isto é evidente. Nenhuma ciência natural quis conhecer a sua origem cultural e nenhuma ciência física quis conhecer a sua natureza humana (MORIN, 1977, p. 15).

A ciência moderna torna-se assim por dizer, numa acção racional bastante crítica no sistema da moralidade do Homem moderno, pois é uma espécie de ameaça humana e chave para a criação de mazelas e efémeros no seio moral. Ora a experimentação de fenómenos a partir das teorias físicas traz consigo consequências negativas a exemplo da insegurança social, descredito moral, práticas ilícitas aquelas que provocam a instabilidade no sistema social para a organização da ordem social. O reconhecimento da existência humana na terra mediante a exploração do Homem. As condições sociais do ser humano mediante a dominação científica provocam a falta da compreensão do ser humano a partir de teorias físicas. *"Hoje em dia a ideia da ciência é recapitulada num eterno presente que encapsula simultaneamente o passado e o futuro, onde a vida da sociedade não passa de uma sucessão de presentes"* (BAUMAN, 2007, p. 46). Por isso a variedade de acções praticadas segundo a ciência experimental, provoca na modernidade uma crise valores humanos, no sistema da moralidade, o que causa o desequilíbrio, o desrespeito ou a consequente crise de referências morais. Portanto com o uso da razão instrumental como auxiliar da ciência moderna então para a dominação da natureza a humanidade moderna viu-se numa hipótese não moral.

A ciência moderna tratou o Homem como objecto ou mero instrumento. Esta ciência através do uso da técnica objectivamente positiva opôs-se a exclusão dos interesses morais, pois o Homem era considerado enquanto um ser de matéria e não um ser de natureza espiritual. O ser de natureza espiritual é referente ao Homem dotado de valores inspirados pelas ciências humanas a exemplo da ética e da sociologia. Assim a ciência moderna deve fundamentar-se ou soletrar nas suas profundezas lógicas o princípio de conjunção e não de disjunção. Se a ciência experimental, adoptar o espírito monista então regula os fenómenos da natureza a partir de procedimentos de

Galileu, Bacon, Descartes, Newton e outros mecanicistas, pois para estes a natureza devia ser tratada como uma nova descoberta científica, aquela estudada a partir de leis físicas e não morais. De acordo com HOKHEIMER (2010, p. 43) com o uso demasiado da razão instrumental em face da ciência moderna, houve na modernidade a queda dos valores humanos. Esta queda resultou do alastramento das guerras, terrorismo, industrialismo exacerbado, colonização entre povos, racismo, escravatura, anti-semitismo, racismo epistémico, violência doméstica, homicídio, genocídio, corrupção, bullying, individualismo, fuga de responsabilidade e outras formas de vida consequentes da racionalidade instrumental. A ciência moderna conta com os limites internos de natureza metodológica: teoremas, leis da física, bem como os enunciados linguísticos.

Os limites externos são abrangentes a problemas éticos, políticos, financeiros bem como económicos. A ciência resume-se num atentado da existência humana, caminhando cada vez mais a destruição da vida humana, através dos seus mecanismos técnicos a exemplo do uso excessivo da razão instrumental. *"O crescente número de categorias experimentais, a cargo da sociedade, constitui um dano, uma luta contra doenças e o recuo da morte são um dos aspectos da abundância científico-tecnológica e uma das exigências da reflexão ética"* (BAUDRILLARD, 1995, p. 35). Na tentativa da ciência propor uma redução dos conflitos morais no sistema social, através da razão instrumental, propôs apenas uma insuficiência da moralidade.

A humanidade foi testada como uma mera matéria que somente ganha uma interpretação material, o que leva a consideração da natureza humana como uma máquina em relação aos estudos matemáticos ou físicos. Assim com a ciência moderna a natureza humana mediante estes estudos científicos foi tratada como um fenómeno sem vida, dado que a ciência experimental usou sempre o monismo o estudo de fenómenos materiais e não espirituais.

A crise da moralidade na humanidade moderna, não é um sonho de fixação científica: trata-se de uma dobragem do processo de trabalho e de greve, greve incorporada como obsolência nos objectos, na produção. Então já não há greve, nem trabalho, mas os dois simultaneamente, isto é, há outra coisa diferente. (BAUDRILLARD, 1981, p. 39).

Assim sendo esta ciência pretendia alastrar a materialização do sentido da vida, uma vida compreendida a partir do pensamento dominante, da lógica capitalista e não do verdadeiro sentido da moralidade.

A moralidade enquanto preservação da dignidade humana consiste num sistema que exalta a existência, a essência, bem como a promoção de valores do ser humano. Ora a ciência experimental permite a existência de observações inevitáveis da conduta humana, com base no modelo de simplificação cartesiana. *"Vale apenas examinar com maior minúcia que a defesa empírica, de um ponto de vista dogmático, os físicos acolheram nela consciente ou inconscientemente, a ideia da singularidade na ciência"*. (FEYERABEND, 1977, p. 53). Assim sendo a medida em que as teorias físicas faziam a defesa das explicações dos fenómenos biológicos, físicos, e outros, a partir da mecânica newtoniana, revela-se no campo moral um atentado da moralidade.

Dado que o comportamento humano também foi explicado a partir da física, razão pela qual a vida humana e o comportamento humano, foram estudados pela racionalidade instrumental. Mediante este cenário o Homem moderno presencia um atentado da perda dos seus valores humanos. Entretanto a ciência moderna submete a natureza a aceitação passiva da vida humana constituindo-se numa ciência oficial da época moderna, tornando-se o centro do movimento circular de todos os corpos físicos. O movimento circular da ciência experimental está impresso nos métodos mecanicistas.

Os antigos consideravam a mecânica sob dois aspectos: como racional, a qual procede rigorosamente por demonstrações. E como prática esta por pertencer aos artesãos pois não trabalhavam com rigor e perfeição, por esta via, a mecânica designa-se ciência por ser racional e prática. (NEWTON, 2016, p. 45).

Por via desta lógica a ciência moderna infundia no Homem moderno um medo mortal no seu verdadeiro sentido. Assim sendo esta ciência torna-se uma estrutura imóvel, aquela na qual o movimento da natureza e de todas as coisas seria de natureza puramente mecânica. Pois nesta ciência o mundo seria como um jogo de partículas móveis, cujo deslocamento resultaria de um movimento comunicado por um ser superior neste caso a ciência moderna. *"No mundo da acção sabemos como é desastroso tratar animais e seres humanos como se eles fossem pedras e paus. Porque devíamos supor que esse tratamento fosse próprio para o Homem moderno?"* (TOYNBEE *apud* HOKHEIMER, 2010, p. 42). Assim sendo a ciência moderna usou o ser humano como um mero objecto sem valores e sem dignidade, a isso retira deste o carácter humanitário. Portanto quanto mais a ciência se torna automática e instrumental.

Por esta ciência o mundo ganhou uma outra essência, na medida em que caminha sempre em direcção da destruição do Homem. Portanto a ciência experimental concebe-se como uma armadilha na sociedade humana, dado que revela-se como uma inimiga ou a grande opressora da conduta humana, deixando no âmago da sociedade uma coligação catastrófica entre a vida e o próprio conhecimento simplificador.

A razão instrumental jamais dirigiu o Homem verdadeiramente a uma realidade moral, mas hoje está tão completamente expurgada de quaisquer tendências ou preferências específicas. E renunciou por fim, até mesmo a tarefa de julgar as acções humanas e o modo de vida do Homem. Entregou- os, a sanção suprema, ao nosso mundo parece estar abandonada (HORKHEIMER, 2010, p. 15).

Neste sentido, a ética do dever surge neste contexto científico para traçar um modelo de vida moral, tal que pretende tomar a consciência dos obstáculos trazidos pela ciência moderna, por ter deixado de lado a dimensão humana, conduzindo a humanidade para o abismo. Isso reflecte absolutamente a perda dos valores humanos no seio da família moderna. Ora que leva a destruição da dignidade humana, esta ciência caminha num labirinto, num caminho obscuro para a explicação da totalidade da essência humana.

A ciência experimental advoga a existência da materialização da vida humana a partir de estudos mecânicos, assim a ciência julga-se melhor observadora, dos fenómenos da natureza, entretanto há necessidade de se reflectir nos perigos provenientes do conhecimento científico. *"A ciência moderna é incapaz de elevar os factos da vida e do comportamento humano, a comprovação de uma teoria objectiva, revelando-se como um conhecimento científico-natural, existindo nela uma fronteira entre a vida anímica e a própria ciência"* (DILTHEY, 2007, p. 23). Assim sendo a ciência moderna constitui-se como um atentado da moralidade no sistema social. Dado que conseguiu nas suas profundezas a exclusão das outras hipóteses humanas para o estudo da vida humana, assim a ética do dever torna-se um pensamento triunfante da modernidade. Na medida em que cria uma ciência que reconhece a dimensão humana, por meio do estabelecimento de um princípio moral que regula a conduta humana, de modo que a vida humana seja reconhecida e norteadada de valores que fundamentam a existência humana. A ciência experimental provoca no fundo um entusiasmo por parte do Homem, na medida em que procura conhecer a si mesmo a partir de leis humanas e não mais instrumentais criando uma lei da moralidade.

1.3. A Emergência do Iluminismo

De acordo com D. ARASSE et ALL (1997, p. 11) Immanuel Kant vivenciou o momento do iluminismo movimento que emerge nos finais do século XVII na Inglaterra e encontra o seu apogeu na França nos finais do século XVIII. O iluminismo caracterizava-se pela força do uso da razão, ou na confiança na razão, na ciência e na defesa da liberdade de pensamento. O Iluminismo enquanto uma exaltação do uso da razão, da liberdade de pensamento, é um movimento ideológico do século XVIII, defendia a liberdade de pensamento bem como o fim do regime opressor. Entretanto o iluminismo combateu o antigo regime: absolutismo, mercantilismo ou a intervenção económica estatal, a teoria do direito divino dos reis, aliança entre a política e a religião bem como combateu as prisões por motivos políticos. O iluminismo termina com a independência dos Estados Unidos de (1776), uma das primeiras revoluções inspirada nos ideais iluministas bem termina com a revolução francesa de 1789 que marca a queda do regime antigo.

O iluminismo combateu por um lado o absolutismo monárquico que era considerado um sistema injusto, por impedir a participação burguesa nas decisões políticas. Por outro lado o Iluminismo combateu o mercantilismo que impedia a livre iniciativa e o desenvolvimento espontâneo do capitalismo. "*A liberdade é a verdade, meio e fim, para todos os Homens, em todas as sociedades e em todos os contextos históricos*" (MOTO, 2005, p. 23). Assim o iluminismo é também a influência da ética do dever na medida em que a ética do dever tem o seu fundamento na razão e na liberdade de pensamento, entendidas estas como fundamento da ética do dever.

O iluminismo teve também como consequência o despotismo, tentativa de evitar revoluções burguesas e pelo medo de revoluções liberais, cujos alguns governantes realizaram reformas económicas em seus países sem acabar com o absolutismo. A ética do dever herda do espírito iluminista o uso da razão bem como da liberdade de pensamento, pois para Kant a ciência da moralidade deve ter o seu fundamento a priori na razão autónoma ou na liberdade de pensamento. "*Os Homens que vivem no domínio de um Homem são chamados tutores da menoridade, já que passam a sua vida como animais que vivem na carroça de um só Homem bem como animais domesticados por um senhor*" (KANT, 1948, p. 20). Assim o facto destes Homens serem dominados pela razão dos outros em pleno uso da razão humana como faculdade autónoma para exercer a vigilância de si mesmos, este domínio constitui-se num dos grandes pilares da ignorância e da cobardia.

O iluminismo defendeu que cada pessoa no seio da sociedade devia pensar por si mesma, e não se deixar levar pelas ideologias alheias, que são impostas às pessoas de maneira forçosa. A ética kantiana alinhada ao iluminismo busca criticar as ideologias científicas que dominaram o mundo moderno, assim também o iluminismo busca por sua vez criticar os dogmas da tradição da igreja católica, as monarquias absolutistas, o mercantilismo, os privilégios do Estado bem como proporcionar uma defesa da liberdade económica, política, cultural, científica e literária.

O iluminismo tinha como seus principais representantes: Jean Jacques Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Locke, Diderot, Immanuel Kant, entre outros iluministas tendo sido Kant, um dos grandes expoentes do Iluminismo. *"A preguiça e a cobardia são as causas de os Homens em tão grande parte, após a natureza os ter libertado do controlo alheio continuarem presos a menoridade intelectual"* (GRAF, 1996, p. 23). Desta forma o iluminismo soletra nas suas matizes a salvação da humanidade por meio do uso da racionalidade ou autonomia da vontade. Este movimento é também o resultado da revolução científica que decorreu em meados do século XVI, concretamente no ano de 1545, com a publicação da obra de Nicolau Copérnico, intitulada a revolução das planetárias (revolucionibus), a obra de Isaac Newton intitulada Princípios Matemática entre outras obras.

O iluminismo implica o resultado do renascimento, movimento que surge na Europa e esteve ligado a uma série de mudanças sociais, económicas e políticas que emergiram no final da filosofia medieval. *"Se alguém tiver um livro da sua autoria, um director espiritual que tem consciência deste livro, e um médico que cuida da sua dieta alimentar, pode esta pessoa esforçar-se em pensar?"* (idem, 1996, p. 23). Assim sendo o Iluminismo pretende fazer face às amarras e ideologias que impedem o Homem de se servir do seu próprio entendimento. Portanto o Iluminismo tem como propósito iluminar as trevas, as quais a sociedade se encontra, constituindo o auge da revolução intelectual em filosofia. Desta feita o Iluminismo ou o esclarecimento é uma revolta intelectual constituindo o chamado século das luzes que exaltava a razão iluminista como forma de explicar o universo.

O iluminismo permite o Homem o uso das faculdades humanas para a compreensão dos fenómenos da natureza bem como do seu próprio comportamento produto das suas análises. Ora as mudanças do iluminismo não só registaram-se no final da filosofia medieval mas também após a queda do regime feudal e do fortalecimento do poder das monarquias no cenário

económico e político, sendo que na esfera religiosa houve a reforma protestante. Assim o iluminismo tem como principal objectivo a eliminação das forças injustas que se instalaram na modernidade desde a época medieval, com o estabelecimento das forças políticas e outras formas de ideologias. Na Europa este movimento iluminista alcança o seu maior auge com a ascensão dos ideais da burguesia constituindo-se como um novo momento sócio-político.

O ponto central do Iluminismo é a saída do Homem da menoridade culpada, sobretudo nas coisas da religião, porque em relação às artes e as ciências os nossos governantes não têm interesse algum em exercer a tutela sobre os seus súbditos. Por outro lado a tutela religiosa além de ser a mais prejudicial é a mais desastrosa de todas, e o modo de pensar de um chefe de Estado favorece a sua legislação [...]. (KANT, 1948, p. 13).

O iluminismo busca dar uma explicação racional da vida humana e o desenvolvimento do povo, por meio da confiança na razão iluminista e na liberdade de pensamento. Ora o iluminismo tem como consequência negativa o desenvolvimento exagerado do individualismo ou do egocentrismo, característica que se cultiva com o uso exagerado da liberdade de expressão ou de pensamento. O iluminismo propôs assim a liberdade da circulação de riquezas o que se reflecte com a liberdade da burguesia ou a defesa da liberdade económica, por esta não depender do governo estatal, mas sim da própria economia. Portanto a economia não deve depender do governo de um certo país, mas sim da lei do mercado, isto é, a circulação de riquezas deve estar subordinada a lei da oferta e procura, esta é a lei que deve predominar na economia. "*Por meio da liberdade de pensamento seria possível o Homem ser feliz, ser livre e progredir*" (GRAF, 1996, p. 38). Desta forma o iluminismo tem uma consistência não só material através da defesa das actividades, económicas, literárias ou científicas mas também objectiva-se na criação de condições para o melhoramento da vida humana. O iluminismo como movimento filosófico, cultural, científico e literário visava a orientação do ser humano, a fim de que o Homem desenvolva as suas tendências e seus conhecimentos mediante a uma vida adequada.

Immanuel Kant imbuído com a força da tradição iluminista sente-se obrigado a criar uma ética que fundamenta-se no ideal iluminista, para descortinar e eliminar os obstáculos causados pela ciência moderna. Neste sentido a ética do dever baseia-se no uso da razão e da liberdade, que são alicerces do Iluminismo e fundamentos da ciência da moralidade kantiana.

A ética do dever é também, o modelo da orientação da vida humana e do comportamento do Homem moderno, é também uma tomada da consciência face aos males causados pela razão instrumental. A ética do dever busca a preservação dos valores do Homem sua existência, sua dignidade e seu valor. Ora os iluministas sonhavam com o mundo perfeito, regido pelos princípios da razão, sem guerras e sem injustiças sociais, no qual todos os indivíduos pudessem expressar livremente as suas ideias. *“O iluminismo consiste no abandono da fé, e esta substituída pela razão, pois a razão ilumina colocando o Homem livre das amarras religiosas e a fé obscurece, é um demasiado uso da crença”* (GRAF, 1996, p. 2). Com a instalação do Iluminismo o Homem é livre de prosseguir a sua vida dependendo da sua própria razão e não dá vontade da lei natural. Com o alastramento do Iluminismo nota-se a criação de instituições de direito (norma), da justiça, educação, ordenamento moral, a fim de se promover a exaltação dos valores humanos. O iluminismo torna-se assim numa marcha da humanidade que caminha em direcção do desenvolvimento moral, filosófico, literário e científico, ora o iluminismo como uma filosofia das luzes buscava o mundo melhor transformado pela razão iluminista.

Não há dúvidas de que a humanidade cometeu muitos erros, foi vítima de preceitos e de ilusões. Fomos crianças antes de nascer. No entanto a história dos Homens é de uma razão iluminista progressiva (a aufklarung- a luz que saí da obscuridade), não pode para lá retornar o Homem mas avançar para a luz, afinal o mal provém da nossa ignorância inicial (KANT *apud* GRAF, 1996, p. 40).

Portanto o Homem depois da idade média encontrava-se na menoridade intelectual, pois não fazia o uso da razão, faculdade e característica essencial do ser humano, ou seja não usufruía da liberdade de pensamento. Já que estas constituem o fundamento da pessoa enquanto um ser pensante e dotado de liberdade, a ausência destas características constitui-se na obscuridade ou menoridade intelectual visto que o Homem é incapaz de fazer um uso do seu próprio entendimento. Ora o iluminismo consiste na actividade de o Homem pensar por si mesmo a necessidade de libertar-se do medo que constitui a tentativa de cair em colapso e ser submetido a mazelas ideológicas modernas. O iluminismo defendia a liberdade de pensamento, a justiça, a igualdade social bem como a separação de poderes. O que se reflecte com a existência de vários tipos de poderes tais como: o poder executivo, o poder legislativo bem como o poder judicial.

Ora, o iluminismo é de certo modo, um pensamento herdeiro da tradição do renascimento e do humanismo, por defender a valorização do Homem e da razão, o iluminismo acreditava que a razão iluminadora seria a única fonte plausível para a explicação de todos os fenómenos do universo. *"Porque a imensa maioria dos Homens considera a passagem a maioridade como algo difícil e perigoso?"* (KANT, 2004, p. 20). Desta forma o medo que cada pessoa tem em se libertar das amarras de certas ideologias dominantes constituiu a obscuridade e a causa primária do Iluminismo. O iluminismo constituiu-se também no abandonar as leis da natureza as quais condenam o Homem a menoridade intelectual coagindo o mesmo de se comportar conforme a lei da natureza. Entretanto o iluminismo foi mais intenso na França influenciando a revolução francesa, assim sendo o iluminismo pretendia quebrar os grilhões da tirania política que enfraqueciam o poder da sociedade. Ora as origens do iluminismo podem ser encontradas na chamada revolução científica do século XVI, momento no qual ocorre um grande progresso no campo da ciência e da filosofia. O nome iluminismo explica-se pelo facto dos filósofos desta época acreditarem através das suas ideias estarem a iluminar as pessoas.

Uma das questões morais é a possibilidade de que o que se sente como liberdade não seja de facto liberdade; de as pessoas poderem estar satisfeitas com o que lhes cabe mesmo que o que lhes cabe esteja longe de ser objectivamente satisfatório; que vivendo na escravatura se sentem livres e portanto, não experientes a necessidade de se libertar (BAUMAN, 2000, p. 20).

Neste contexto a ética do dever emerge para alicerçar as bases do Iluminismo, ao propor um modelo de comportamento moral para a orientação do desenvolvimento moral, garantindo a exaltação da vida humana por meio do estabelecimento da lei moral. A liberdade enquanto autonomia da vontade almeja uma sociedade em que existam pessoas dotadas de dignidade, respeito para com a vida, saúde, daí que a liberdade enquanto direito natural cria no Homem o gosto pela conservação da existência humana. *"A maneira certa de se expressar numa moça que se aproxima da puberdade é despertar a sua inocência e simplicidade, por meio de um sorriso, e não pela risada ou ignorância"* (KANT, 2002, p. 30). Pois estes viveram longamente na inexperiência da maligna verdadeira realidade que lhes cercava desde os últimos dez (10) séculos. Pois a ignorância é também fundada na natureza humana já corrompida, o que deve se lamentar quando os Homens retornam a menoridade.

A menoridade intelectual implica a presença da incapacidade de usar a razão humana que a pessoa tem para reflectir os fenómenos do universo, daí que o iluminismo pretende um mundo mais idealizado a partir da razão iluminista. No qual hajam valores tais como: a justiça, liberdade, fraternidade, igualdade social bem como outros valores inerentes a existência da pessoa humana. *"O século das luzes é, muitas vezes prospectado como o nascimento da construção da natureza humana e do progresso moral, cultural e cívico da civilização humana"* (NGOENHA, 1992, p. 18). O iluminismo postula-se desta forma como um tipo de desenvolvimento filosófico, literário e científico. Por isso, a ética do dever está ligada ao iluminismo, por este permitir o Homem a agir de acordo com as normas sociais (leis civis), razão que permite o Homem ser criador de leis ou do dever que orientam a conduta e a vida humana. Portanto o comportamento humano precisa de ser estudado pela lei moral, ou universal o que permite ao Homem um ser observador da sua conduta a partir da ciência da moralidade. Esta ciência da moralidade contém normas cívicas, ou leis para a regulação da conduta humana na sociedade.

O iluminismo é a saída do Homem da sua menoridade de que ele próprio se encontrava culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do próprio entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria, se a sua causa não residir na carência de entendimento mas na falta de decisão e de coragem de se servir de seu próprio entendimento. Eis as palavras da ordem do Iluminismo (KANT *apud* GRAF, 1996, p. 12).

Neste sentido o Iluminismo figura-se como uma percepção sintomática de um momento fundamental na estruturação da tomada de consciência da modernidade. Por despreza a tradição moral, científica e política desta época. Colocando no eixo da vida humana um modo de ilustração moral, social, política e cultural, pois a humanidade moderna viveu a falta de vínculo entre a autoridade e a razão, nas quais o cidadão mergulhava na menoridade intelectual. Apesar dos obstáculos que o Homem moderno presenciou, o Iluminismo traz consigo a superação dos mesmos, por meio da confiança na razão iluminadora. *"Mas para esta ilustração nada mais se exige do que a liberdade, a mais inofensiva entre tudo o que se pode chamar liberdade de fazer um uso público da sua razão em todos os elementos"* (*idem*, 1996, p. 14). Assim a liberdade e a razão são ambos fundamentos da participação da vida política e das outras formas de vida. Por esta via, o Iluminismo mostra a ideia de um afastamento com o modo de vida da modernidade, dado que esta foi dominada e explorada pela ciência moderna.

O Iluminismo influenciou também a independência das colónias inglesas, na América do Norte, levada a cabo pelas figuras que incorporam o espírito iluminista tais como: Jefferson e Benjamin Franklin. A principal característica das ideias iluministas, era a explicação racional de todas as questões que envolviam a sociedade. Este movimento foi também levado a cabo pelos filósofos e juristas, que se preocuparam com as questões políticas, sociais, religiosas e económicas da sociedade.

É, pois, difícil a cada Homem desprender-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza. Até lhe ganhou amor e é por agora realmente incapaz de se servir do seu próprio entendimento porque nunca se lhe permitiu fazer semelhante tentativa (KANT, 2004, p. 15).

A ética do dever inspirada nos moldes do Iluminismo baseia-se na razão e na liberdade de pensamento para criar uma ciência que busca estabelecer um princípio prático para a determinação geral da conduta humana. Ora a lei da moralidade implica a representação de um princípio do dever, este dever consiste no mandamento ou norma objectiva que se estabelece ou se aplica a todos os indivíduos da sociedade.

Assim sendo o iluminismo procurava defender a existência humana, a visão do iluminismo no mundo moderna era de foi de uma síntese da explicação da vida humana no sistema social. Esta explicação é uma síntese do conhecimento tanto científico, das artes, filosófico bem como de natureza científica. *“A visão do mundo foi de um universo de coisas fixas e criadas por um deus transcendente”* (BRUNO; GALILEU E CAMPANELLA, 1983, p. 9). A ciência moderna é uma estrutura imóvel, na qual o movimento de todas as coisas seria de natureza puramente mecanicista. Portanto a representação do dever enquanto um estabelecimento da moralidade, exige da sociedade, o cumprimento desta lei, dado que é uma lei assente nos princípios metafísicos que estão além da experiência, por isso a ética do dever é uma ética pura.

Esta pureza deve-se ao facto da razão pura ser um juízo a priori, ou um juízo sintético a priori, por outras palavras, a razão pura enquanto lei ou mandamento deve estender-se a todas as práticas e modos de vida da humanidade. Ora, o iluminismo era contrário a tirania religiosa organizada contra a crueldade da igreja em tortura, isto é, o iluminismo era contra a ideia desenvolvida pela igreja de queimar as pessoas por confessar os seus pecados ou por defender as ideias científicas.

O iluminismo foi um movimento que exalta a conservação da dignidade humana, acreditando que através do pensamento racional seria possível a substituição das crenças religiosas e o misticismo, factores que bloqueavam a evolução do Homem. Neste caso o Homem devia ser o centro da investigação iluminadora partindo de problemas que cercam o mesmo no sistema social.

Este espírito de liberdade difunde-se também no exterior, mesmo onde entra em conflito com obstáculos externos, de um governo que a si mesmo se compreende mal. Com efeito, perante tal governo brilha um exemplo de que, no seio da liberdade, não havia o mínimo a recear pela ordem pública e pela unidade da comunidade (KANT, 2004, p.21).

O iluminismo exaltava o uso da racionalidade promovida pelos ideais iluministas, dado que a razão iluminista seria a única fonte plausível para a explicação dos fenómenos do mundo moderno, esta razão devia partir dos problemas locais da sociedade. Assim sendo o iluminismo procurava criar no mundo moderno uma decisão politicamente cultivada na liberdade de pensamento.

CAPÍTULO II: DISCUSSÃO DO FUNDAMENTO DA ÉTICA DO DEVER EM FACE A PRESERVAÇÃO DOS VALORES HUMANOS

Neste capítulo discutem-se os fundamentos da ética do dever em face da preservação dos valores humanos. Ora a ética do dever desenvolve-se em função da protecção ou promoção da dignidade humana, assim sendo a ética do dever aponta a decadência da moralidade que ora faz-se sentir na civilização moderna. Na mesma cenda a ética do dever aponta a crise da moralidade que se faz sentir na sociedade moçambicana, através da prática da eutanásia, enquanto procedimento médico assente nas matizes antimorais. Em face deste desafio a ética do dever reflecte a eutanásia sob ponto de vista ético apontando as mazelas ou consequências que advêm na sociedade moçambicana após a prática da eutanásia. A ética do dever coloca a eutanásia enquanto um desafio da actualidade moçambicana, sobre o banco dos réus, de maneira a determinar os seus limites tanto éticos, médicos assim como cívicos.

2. Fundamento da Ética do Dever

De acordo com KANT (1948, p. 17) a ética do dever é uma ciência que se ocupa da aplicação das normas de comportamento humano, com vista a garantia da boa vivência entre os Homens no seio social em diferentes aspectos da sua vida. Assim sendo, a ética do dever é uma dimensão ligada a vida prática dos Homens, procurando reflectir sobre as acções humanas, o seu modo de vida bem como os costumes dos Homens que se desenvolvem em cada época histórica. *"A ética é uma dimensão moral que estuda o modo como o Homem deve proceder, por isso na maximização da lei moral é urgente que cada pessoa sujeite-se ao cumprimento das normas morais"* (MILL, 2005, p. 11). Assim sendo a ética do dever é a descrição das normas para a regulação do comportamento humano na sociedade na qual o próprio Homem se encontra. Ora a ética do dever é uma vida pensada, que reflecte as práticas realizadas pelos Homens de uma determinada sociedade. A ética do dever é o modo de pensar moralmente as vivências dos Homens de cada época história. Ora, a ética do dever tem o seu fundamento na razão pura, ou seja no princípio a priori, designado lei universal, que é um juízo sintético a priori, assim a razão pura sendo norma ou lei estabelece as regras de comportamento humano. *"A ética tem como propósito examinar a essência das coisas, isto é, reflectir os hábitos, práticas, vivências, bem como as inter-relações pessoais na sociedade"* (FILHO, 2011, p. 5). A ética do dever busca a reflexão ou a orientação do comportamento humano na sociedade através da lei moral.

Ora as práticas, os costumes, as heranças e vivências dos Homens são ordenados pela ciência da moralidade ou seja pela ética deontológica é uma regulação do comportamento humano, a partir do estabelecimento da lei moral, por isso a ética do dever é entendida como o estabelecimento da lei moral que orienta as acções humanas e identifica o princípio moral capaz de orientar a vida humana.

Do ponto de vista etimológico o termo ética provém do grego *ethos* que significa modo de proceder, carácter, ou vida colectiva. O mesmo termo provém do latim *moris* que significa moral, costumes, ou princípios que regem uma determinada sociedade (CÂNDIDO, 2011, p. 22)

Neste sentido a razão pura é tida como a condição da possibilidade da existência da ética do dever que é também denominada princípio prático, compreendido este princípio como uma máxima ou proposição que contém uma determinação geral da vontade. Portanto a vontade geral consiste na vontade autora da lei moral, aquela que reside no querer de cada membro da sociedade em geral, na medida em que deve a lei moral emanar da compreensão e decisão da sociedade. *"Os Homens julgam-se superiores em relação aos outros seres da natureza pela sua liberdade, sua razão e pelo seu poder mas é por isso, que sem a moralidade são os piores, razão de duvidar da sua espécie"* (KANT, 1999, p. 40). Assim a ética do dever enquanto ciência da moralidade visa a reflexão das práticas, do proceder dos Homens em sociedade já que estes sem a moralidade reduzem-se a animais sem racionalidade. Assim, a razão pura enquanto lei moral sujeita a vontade ao cumprimento da norma suprema de cada sociedade humana ou seja, a vontade subjectiva sujeita-se ao cumprimento obrigatório das normas, estabelecidas pela norma suprema.

A ética do dever é o princípio condutor para a identificação da lei moral, que é entendida como a única condição reconhecida e válida que sobrepõe-se a vontade individual de agir moralmente. Assim, a lei moral aplica-se a todos os seres racionais ou a todos os elementos da sociedade, por isso, a ética do dever é uma prescrição da acção humana de agir moralmente nestas e naquelas condições. A ética deontológica tendo o seu fundamento na razão pura é assim, produto da razão humana, que é a fonte legítima da moralidade, visto que por meio dela o Homem questiona-se sobre as suas acções.

A ética do dever é assim um modo de regulação do comportamento humano que provem das praticas dos indivíduos na sociedade. A ética deontológica procura o aperfeiçoamento das acções humanas de modo que estas acções sejam orientadas pela rectidão, isto consiste na conformidade entre as acções humanas e a verdade que é entendida como lei universal. *"A ética do dever é um sistema dos fins da razão pura, significa a doutrina dos deveres"* (KANT, 2004, p. 27). Assim a ética do dever é uma dimensão teórica que visa a observância dos costumes dos Homens. A ética do dever é assim por dizer uma ética pura na medida em que a partir do dever enquanto razão pura ou lei, ordena os Homens de se comprometerem com a lei moral.

Os Homens são consequentemente subordinados e coagidos a agirem de acordo com a ciência da moralidade. Pois a ciência da moralidade é aquela capaz de proporcionar o valor para a determinação da boa vontade servindo esta para a promoção da felicidade do próprio agente. Ora, porque a felicidade alcança-se melhor pela lei moral e não pelo instinto, daí que a verdadeira felicidade da razão é promover o que é absolutamente necessário. *"A ética do dever é formalista e pura, pois oferece uma só fórmula para reger as vivências dos Homens para uma acção praticada com vista a satisfação e ao cumprimento do dever"* (CABRAL, 1900, p. 449). Assim sendo a ética do dever tem uma dimensão racional e por isso é fundamentada pela razão e não na experiência ou vida humana. Dado que o conceito do dever determina as acções humanas de maneira que estas tenham um valor moral.

O valor de uma acção reside primeiramente no facto do agente querer fazer o que está certo pelas razões certas, e não na existência de uma maior facilidade. A ética do dever preocupa-se com a construção da dignidade humana isto é, estuda o comportamento dos Homens, tal que este comportamento seja regido pela lei moral. A lei moral inspira as acções humanas a partir do estabelecimento da lei universal, aquela que se estende a todos os Homens.

Na concepção de MAZULA (2008, p. 52) a ética é uma renovação das práticas humanas, estas referem-se as práticas técnico-científicas, tal que com a reflexão destas práticas permita-se a racionalização da vida humana no contexto histórico em vigor. Na medida em que as sociedades contemporâneas no desenvolvimento das suas actividades técnico- científicas têm geralmente feito um uso demasiado da técnica e da ciência, já que estas duas caminham sempre de maneira embrionária desde o último século. Assim a ciência moderna provoca portanto, a decadência dos valores humanos.

A ética do dever consiste numa reflexão das práticas ou das invenções dos Homens, de maneira a delimitar os limites destas práticas, assim sendo a ética se reduz a uma filosofia da prática. Dado que a filosofia enquanto reflexão da totalidade da realidade que cerca o Homem procura estudar a mesma realidade de maneira a garantir o ordenamento social. *“Um trabalho de formação moral consiste em desenvolver, nas crianças e nos jovens, o sentimento sagrado de respeito à Pátria, através deste sentimento decorre o respeito às normas morais”* (TAILLE, 2006, p. 16). Desta forma na ética as normas morais são determinadas a partir da lei moral, enquanto um fio condutor para a regência do comportamento humano na sociedade. As sociedades humanas precisam de um código moral capaz de servir de orientação da vida humana, da existência humana, suas actividades, suas práticas, sua cultura bem como seus costumes.

A ética deve ser reflexiva procurando métodos para a observância das questões morais em especial as práticas técnico-científicas. A ética do dever esta preocupada com a reflexão da conduta humana, isto é, a ética busca uma regulação do comportamento humano, dado que este não pode ser estudado pelas crenças ou costumes dos Homens mas sim deve ser estudado pela ciência da moralidade. *“De um modo geral a justificação ética consiste na preservação do Homem em sociedade, sua propriedade, seus direitos compreendidos como direitos da humanidade bem como da natureza”* (LOCKE, 1998, 146). Desta forma a ética objectiva-se a promoção e a conservação da existência humana em sociedade, pois a conservação da existência humana simboliza os direitos do Homem dotado de direitos tais como: liberdade, sua igualdade e seu poder de executar a lei da natureza. Com esta reflexão ética nas sociedades actuais torna-se possível a minimização da corrupção como mazela do mundo em vigor.

Ora, a ética do dever concilia a vontade e o dever, mediante a realização da acção moral, na medida em que a vontade entendida como princípio de autodeterminação, tem uma consistência a posteriori na determinação do comportamento humano e da vida cada indivíduo na sociedade. *“O conceito do dever desenvolve o conceito da boa vontade altamente estimável em si, já que reside no bom senso natural, logo tem de ser esclarecido e ensinado enquanto conceito da apropriação moral”* (KANT, 2007, p. 26). Desta forma o conceito do dever faz brilhar com mais clareza as acções humanas por conter em si mesmo, o conteúdo moral. Assim sendo, a vontade não é a condição da existência do valor moral para as acções humanas, pois toda a acção deve ser praticada com respeito a lei universal.

O dever como princípio válido para a orientação da conduta humana sobrepõe-se a vontade, determinando esta, de fazer o que é correto ou moral. O dever concilia-se a vontade como uma confirmação da vontade geral, que prescreve a promoção do modo de vida da humanidade, e é pelo dever que o comportamento humano tem um valor moral.

Logo apesar da existência da vontade individual que é uma máxima subjectiva que julga as práticas humanas, esta vontade deve depender da lei universal. Portanto a ética do dever é estabelecida como toda a prática humana e representa uma acção possível como boa e por isso, é necessária para um sujeito moral agir conforme a razão pura. A lei moral determina por sua vez infalivelmente a vontade subjectiva, e as acções que dela derivam são acções objectivas e necessárias, pois são prescritas pela ciência da moralidade kantiana. "*Neste mundo, e também fora dele, nada é possível pensar que seja considerado como bom sem limitação a não ser uma boa vontade-capacidade de julgar*" (KANT, 2007, p. 21). Logo a vida humana tem de se sujeitar a uma regra prática determinada, esta última pela ética deontológica- Ora para que as acções humanas sejam consideradas como objectivamente necessárias, a vontade que é a faculdade de escolher só aquilo que a razão prescreve, independentemente dos interesses humanos, deve a mesma vontade submeter-se ao reconhecimento da lei necessária. Porém a razão por si mesma não determina suficientemente a vontade, se esta está ainda sujeita a condições subjectivas (a certos móveis) o que não coincide com as condições objectivas. A vontade subjectiva por sua vez não é em si plenamente conforme a razão. Mas deve ser-lhe limitada por um fio condutor capaz de nortear a vontade subjectiva das suas acções ou das suas escolhas, convicções bem como das suas certezas subjectivas.

A ética do dever é também um campo de conhecimento direccionado a garantia da sobrevivência da humanidade frente aos riscos causados pelas acções humanas, esta abordagem teórica visa a elucidação da vida humana procurando fundamentar o bem viver entre os Homens. Embora haja na ética do dever uma conciliação entre a vontade e o dever jamais deve ser tomada a vontade subjectiva como uma norma suprema capaz de reger a vida dos Homens. "*A liberdade enquanto propriedade da vontade permite o Homem ser tutor da lei universal, considerada esta como produto da autonomia do ser racional*" (*idem*, 1999, p. 112). Desta feita a vontade enquanto livre arbítrio do Homem criador da lei moral é fundadora da lei e legisladora da moralidade. Assim a vontade como princípio subjectivo subordina-se a vontade geral que é lei universal.

Portanto a ética do dever baseia-se assim, no dever e não na vontade individual, visto que se a mesma fosse determinada pela vontade individual seria uma ética teleológica, aquela que é baseada na vontade subjectiva ou na norma subjectiva.

É inútil pretender que a ética possa limitar-se a rectificação daquilo que já foi tomado como escolhido, estabelecido e determinado pela vontade geral. Sobretudo quando esta vontade tende a satisfação dos interesses colectivos. Logo a ética consiste numa base para a satisfação dos interesses universais civis, a partir de uma lei moral. (MOTO, 2015, p. 23).

Na ética do dever as acções não são realizadas em função da correspondência do efeito que delas se esperam o que corresponde a uma ética teleológica, aquela que tem um fundamento instrumental ou técnico. Dado que nela se aplicam procedimentos a posteriori, que sujeitam a vontade individual a agir conforme a experiência do dia-a-dia e não de acordo com a razão pura. Assim a ética do dever serve de instrumento para a emancipação do indivíduo no cerne dos conflitos sociais, daí que o Homem precisa de usar a lei moral para a regulação do seu comportamento, sua vida, suas heranças bem como seus costumes no seio social. Assim sendo a ética do dever propõe o estabelecimento da lei moral para a orientação da vida humana. *"O cidadão não pode recusar-se a pagar os impostos que lhe são exigidos, o que é uma censura impertinente de tais obrigações, o contrário seria um escândalo que lhe poderia causar uma impertinência"* (KANT, 1948, p. 20). Desta forma a ética deontológica é uma ética do dever, visto que sujeita a máxima subjectiva ao dever ser moral ou ao cumprimento obrigatório das normas. O cumprimento obrigatório faz com que haja na sociedade uma conservação da existência humana, uma valorização dos seres humanos enquanto seres de direitos e deveres. Dado que o dever faz com que os seres humanos obedeçam as leis cívicas que lhe são propostas pelo seu Estado enquanto que os direitos são os bens que lhe são conservados e garantidos pelo seu governo.

Portanto a lei universal rege a sociedade na qual o Homem está sujeito, uma acção teleológica pode descrever-se como realização de um amplo plano que se assenta na interpretação que a pessoa faz da sua vontade para realização de uma acção. Assim a acção determinada pela máxima subjectiva é avaliada como aquela que é condicionada pelos seus fins por isso uma acção assim é instrumental.

Na ética do dever prescreve a lei universal que determina a vontade inteiramente, na qual a acção humana realiza-se inevitavelmente em função do dever. A ética do dever tem o seu propósito no bem viver colectivo dos Homens de uma sociedade, através das regras que lhe são estabelecidas ou seja, a partir de um código moral, aquela que na ética do dever é designada como lei moral. *"A ética consiste portanto, no reconhecimento da unidade do mundo e do agir para manter o equilíbrio das forças, da ordem e da estabilidade humana, dado que cada ser humano possui uma força vital"* (NGOENHA, 1994, p. 22). Assim a ética busca a organização do sistema social e o bem viver dos Homens, por isso a lei universal tem um valor objectivo ou moral que é puramente diferente de qualquer norma subjectiva. Ligado a isso, a ética do dever é uma ética universal ou imperativa, visto que impera ou ordena a conduta humana, na mesma via a ética do dever é uma ética monológica pois baseia-se no único modelo formal para a realização das acções morais, designado este modelo como imperativo categórico.

O imperativo categórico consiste na modalidade decisiva e normativa na qual todos os seres humanos reconhecem, este princípio objectivo como um modelo adequado para reger a conduta e a vida humana em sociedade. Logo a ética do dever é uma ética pura e metafísica pois está assente em princípios metafísicos e está purificada de todo o empírico. Ora, porque uma pessoa dotada de uma boa vontade caracteriza-se sobretudo por ter um compromisso firme com a acção moral, aquela em que uma pessoa deseja sempre realizar como correcto em todas as circunstâncias o que é bom. Assim sendo só a boa vontade é intrínseca e independentemente valiosa, pois no mundo da acção há muitas coisas valiosas porém, o seu valor nem sempre é moral mas por vezes instrumental.

A lei moral oferece não só o critério da conduta humana certa ou correta, mas também a motivação adequada para agir moralmente. Se desconhecermos a lei moral na sua pureza e autenticidade, teremos de agir por motivos impróprios que facilitam a realização de actos eticamente errados (KANT, 1948, p. 24).

Nesta lógica o imperativo categórico pode ser interpretado como um princípio que postula a possibilidade da universalização da vontade subjectiva de cada pessoa no seio social. Assim esta universalização da vontade individual implica a universalização dos interesses, dos fins ou dos objectivos de todas as acções humanas. Pois a boa disposição para que uma pessoa cumpra com a lei moral é a reverência pela lei, enquanto critério racional das acções humanas e além disso a

lei moral é o móbil suficiente para a regulação do comportamento humano no sistema da moralidade. Assim a lei moral enquanto justificação das acções humanas torna-se um modelo possível para a regência das práticas humanas. Por isso, a ética do dever, está ligada ao carácter da universalidade das normas subjectivas bem como ao carácter da autonomia de cada pessoa que constituí um grupo social. Por esta compreensão a ética do dever alinha-se a teoria deontológica, na qual, o dever determina o comportamento humano face a sociedade em que o Homem enquanto animal racional está inserido. Dado que tudo o que acontece na natureza age segundo princípios ou leis, porém os seres humanos agem segundo leis racionais, na medida em que na sua qualidade de serem dotados de racionalidade enquanto sua característica fundamental as suas acções devem ser fundamentadas no dever. A lei moral tem uma consistência racional por isso é própria para legislar as acções humanas e o modo de vida dos mesmos em contraposição aos outros fenómenos da natureza.

Kant dá na ética do dever quatro (4) exemplos de deveres: não cometer suicídio; cumprir com as promessas; fazer o uso dos nossos talentos; por último não prejudicar aos outros. Por isso Kant argumenta que se escolhermos em agir em máximas contrárias então, cometeremos acções contrárias daquelas que ora, foram estabelecidas do imperativo categórico (MILL, 2005, p. 133).

Ora, a universalização das normas de conduta humana na ética do dever é feita a partir do paradigma kantiano denominado imperativo categórico. Este implica a declaração da acção humana como objectivamente necessária, por isso independe de qualquer intenção particular. Ou seja, este paradigma impera incondicionalmente a vontade de agir de forma moral. A ética consiste também nas práticas das boas acções na sociedade humana, já que estas acções são comumente ligadas a vida biológica, social bem como psicológica da humanidade. Assim sendo a ética vela pela regulação do comportamento humano na sociedade, a ética enquanto ciência humana pretende uma satisfação dos interesses gerais da sociedade. "*Eu devo proceder sempre de maneira que a minha máxima se torne uma lei universal*" (Kant, 2007, p. 34). Assim as acções humanas e o modo de vida da humanidade, bem como o comportamento humano devem estar de acordo com a lei moral. Ora a pura representação das leis morais tem uma consistência prática, dado que o ser humano nas suas acções deve ser velado pelas leis cívicas que norteiam a conduta humana.

As acções humanas devem subordinar-se a leis objectivas ou leis do bem, assim a ética do dever por ser pura, contém nela uma resposta da representação da lei prática que se sobrepõe ao comportamento humano.

O comportamento humano ser necessário e determinável pela lei universal, o fio condutor estabelecido pela ciência da moralidade kantiana, este sentido a ética do dever procura o melhoramento das práticas humanas vivências humanas bem como o comportamento humano. *"A ética é definida como aquisição do modo de ser, conseguido pela apropriação ou por mais apropriação do bom uso da razão. Nela se encontram o carácter, os costumes e heranças dos Homens"* (CÂNDIDO, 2011, p. 22). Logo a ética deontológica mostra uma reflexão do modo de vida bem como do comportamento humano na sua generalidade. Portanto o comportamento humano enquanto um fenómeno irregular ou imprevisível necessita de ser guiado por um fio condutor que possa determinar o comportamento humano. Este comportamento ou a vida humana deve ser estudado pela ciência da moralidade, aquela capaz de estabelecer os princípios morais para a garantia da sobrevivência humana na sociedade.

Na concepção de PLUTARCO *apud* MAZULA (2005, p. 22) a ética preocupa-se com a busca da dignidade, da nobreza bem como da virtude do Homem honesto. Assim como com a distinção entre a bajulação e a amizade, no que tange a bajulação o Homem desonesto procura agir em função da imoralidade ou de acções eticamente erradas. No tocante a amizade o Homem honesto procura evitar ocultar as verdades invisíveis, o que consiste em praticar acções eticamente certas. A fim de que hajam valores tais como: solidariedade, equidade, justiça entendidos como actos de decência na conduta. Ora, a ética do dever desenvolve-se de maneira extremista, pois mostra uma rejeição da ética instrumental aquela teleológica baseada no princípio da vontade subjectiva cuja, a prescrição para a realização da acção ocorre por interesses pessoais ou subjectivos. Pelo que uma acção orientada pela vontade subjectiva é representada pelo imperativo hipotético que implica a representação de uma acção ser boa enquanto meio para um fim. *"Devemos querer os meios necessários entre aqueles de que dispomos para atingir os nossos fins ou então abdicar desses fins"* (KANT, 1948, p. 37). Logo o princípio da vontade enquanto norma subjectiva usa vários critérios para a realização de uma acção. O imperativo hipotético capta o padrão da racionalidade instrumental.

Ora, os valores ou acções humanas na ética do dever estão norteados de pela lei universal dado que a lei universal permite a distinção das práticas serem boas ou más, pela representação do dever que é também um princípio condutor da reflexão das práticas humanas. As acções humanas devem estar conforme a ciência da moralidade o que implica terem um valor moral.

Confiar neste caso, num certo sentimento chamado moral, pelo efeito que dele se espera pode bastar ao mestre popular exigir que esta moral seja a fonte da ética (o dever de virtude). Considera-se a seguinte questão: se cada um em cada caso fizesse da sua máxima uma lei universal, pode tal máxima concordar consigo mesmo? Claramente que não (KANT, 2004, p. 17)

O facto de discernir o imperativo categórico do imperativo hipotético revela que o ser humano está submisso a leis morais, sobre as quais o mesmo age na natureza, por isso a ética do dever associa o conceito da autonomia ao conceito do reino dos fins. O que implica a correspondência da vontade a uma lei universal, pois todos os indivíduos que constituem o sistema social devem praticar as suas acções de acordo com as regras moram estabelecidas na sociedade. A ética enquanto uma dimensão normativa está em busca das acções que visam a reconstrução e a recuperação dos valores morais ou do melhoramento das práticas humanas. Já que sem a ética torna-se impossível o Homem actual construir uma sociedade assente nos moldes da moralidade, ou uma sociedade cujo objectivo consiste na garantia da dignidade humana, sua preservação e sua existência.

A conservação da existência humana ou da dignidade humana consiste no fundamento para o reconhecimento da existência humana, portanto com a existência do cumprimento das normas morais por parte dos Homens de uma comunidade, facilita-se a determinação das práticas humanas. *"A ética é a lei divina da sabedoria, aquela cuja objectividade é evitar o mal em favor do bem colectivo* (MAZULA, 2008, P. 65). As práticas humanas ou o comportamento humano deve estar conforme a lei estabelecida pela sociedade, assim esta sociedade designa-se reino dos fins. O comportamento humano é por essência regular, mutável, complexo e por isso, capaz de ser determinado pela moralidade ou pela lei moral, princípio condutor para a regência do comportamento humano que por um turno é também imprevisível Desta forma a vontade humana frente a realização de uma acção deve estar sujeita a lei universal. Assim esta impera a vontade humana ou a comunidade de maneira racional e os seres humanos obedecem a

moralidade. A comunidade prescrita pela lei moral designa-se esta por reino dos fins, um ideal inspirador que faz a defesa de que todos os seres racionais em pleno cumprimento da lei moral possam todos ser tratados como fins em si mesmos e não como meros instrumentos. A universalização da lei moral consiste no sacrifício das inclinações pessoais, no qual o sujeito é obrigado a agir por dever. Portanto para que a máxima de uma pessoa ou um agente seja universalizável ou aceite pela sociedade é necessário que nela não hajam interesses ou desejos particulares.

2.1 Conceito dos valores humanos

Na concepção de PÔNCIO (2013, p. 63) os valores humanos são definidos como critério segundo o qual o Homem pode usar como guia das suas acções em plena sociedade. Tal que visam a orientação da conduta humana, permitem alcançar um comportamento humano sustentado na existência humana. Os valores humanos permitem a cada ser humano a adoptar um comportamento adequado no sistema social. Os valores humanos são bons indicadores de atitudes, mas especialmente os valores de apoio social, que consistem na obtenção de ajuda social, lutar pelas diferenças sociais o que constitui um valor de justiça social. Desta forma os valores humanos estão a mercê da motivação das acções humanas, já que o ser humano parte destes para a realização das suas acções. Portanto torna-se necessário ressaltar que os valores humanos permitem também os Homens de agir de determinada maneira no seio social, desta forma são usados para propor as mudanças de atitudes. Estas atitudes consistem em estabelecer a regulação do comportamento humano, por isso ajudam na promoção das relações sociais harmoniosas.

Está aberto para novas versões e subtilezas de hipóteses de alma: conceitos tais como alma mortal, alma enquanto pluralidade de sujeito e alma enquanto edifício comum dos instintos e afectos reclamam doravante o direito de cidadania na ciência (NIETZSCHE, 2021, p. 21).

Ora estas atitudes fazem com que haja uma erradicação dos conflitos e violações das normas da sociedade. Por isso estes valores ajudam para o exercício de actividades conjuntas na sociedade humana, aumentando assim o desenvolvimento das vivências sociais bem apropriadas no sistema da moralidade.

Os valores humanos são uma bússola que ajudam na tomada de decisões e da realização das acções humanas bem como ajudam para a regulação da vida humana no sistema social, por isso os valores humanos enquanto acções humanamente certas são orientadoras do comportamento humano. "*Os valores humanos contribuem para a manutenção do Status Quo, na medida em que ajudam para a inovação da busca de tarefas ou obrigações da sociedade na qual o Homem se encontra*" (PONCIO, 2013, 56). Assim os valores humanos são critérios chave para o aumento da melhoria do comportamento humano, já que a partir deles o ser humano pode agir com vista a um determinado fim, favorecendo a existência do funcionamento da solidariedade social.

Os valores humanos enquanto base para a identificação da conduta humana são também normativos, na medida em que têm como finalidade não somente a orientação da conduta humana mas também ajustam-se ao padrão de desempenho moral evitando as actividades incorrectas na sociedade. Na concepção de FORMIGA E GOUVEIA *apud* PÔNCIO (2013, p. 70) confirmam que os valores humanos implicam a adopção dos valores sociais que consistem no bem-estar- colectivo e na boa vivência harmoniosa. Estes valores podem a pautar nas manifestações de condutas anti-sociais que resultam do individualismo, no qual as pessoas adoptam condutas que se desviam das normas sociais. Porém, a importância de valores de experimentação faz se sentir no decorrer das acções humanas, uma vez que os valores de experimentação tais como: emoção, prazer, e outros permitem às pessoas no sistema social a apresentarem comportamentos anti-sociais.

A cidadania enquanto um valor humano em Kant, é ao mesmo tempo o princípio da legitimidade ética e a fonte do vínculo social. Ora viver em conjunto é ser-se conjuntamente cidadão. A sociedade contemporânea define-se por um projecto de inclusão, potencialmente universal (MORIN; PRIGOGINE E OUTROS, 1996, p. 45).

Os valores humanos são um modelo racional capaz de orientar as vivências humanas em diversos contextos históricos ou sócio- culturais. Tal como acontecia na fase moderna na qual a humanidade moderna transferiu os seus valores da moral cristã (amor fati- ideia de eterno retorno) para a moral científica (Stgmaier- a morte de Deus), esta transferência de valores humanos designa-se por subversão dos valores em Nietzsche. Na moral cristã o ser humano dependia dos valores garantidos pela divindade ou pelos dogmas, já que a religião podia proporcionar ao Homem, valores tais como: bem-estar colectivo, solidariedade, o respeito, paz e justiça. Desta

forma a justiça, a paz, são valores dignos de serem defendidos pela ciência da moralidade kantiana. Porém com a passagem dos valores humanos para a ciência moderna, quando o Homem colocou-se no lugar de Deus, já que julgava-se capaz de garantir o alastramento dos seus valores através da cientificidade. A humanidade moderna sujeitou-se a crise de valores humanos, a chamada crise de referências, pois com o mover-se da ciência através das teorias mecanicistas o Homem fica arruinado no campo moral.

A ciência moderna por sua vez foi incapaz de proporcionar valores humanos, dado que garantia dos valores da emotividade, sensibilidade e efectividade. Desta forma para Nietzsche os valores humanos são critérios usados pelo Homem para garantir a sua existência em face do seu reconhecimento mediante os outros seres do universo. *"Os valores humanos reflectem convicções humanas importantes que moldam atitudes e motivam as acções humanas. Estes valores estão intrinsecamente fundados na ciência da moralidade ou da ética"* (PONCIO, 2013, 53). Assim os valores humanos por mais que sejam critério para a orientação das acções humanas, eles estão sujeitos a lei moral, princípio para o comportamento humano. Os valores humanos justificados pelo stgmaier ou pela ciência experimental causaram uma crise da moralidade, dado que estes valores estavam fundados no ideal da morte de Deus, ou na razão profana.

O Homem moderno enquanto um ser reativo é o Homem mais feio de todos os Homens do planeta. Dado que deixou de lado a preservação valores humanos, seus valores por meio da ciência da moralidade. Assim os valores humanos são também o modo de agir desejado. Por outro lado os valores humanos são uma prontidão mental para a influência geral e coerente de uma sociedade ou classe humana.

Os valores humanos promovem as atitudes ou predisposições humanas relativamente aprendidas, assim sendo os valores humanos variam de pessoa para pessoa. Nesta lógica cada pessoa age em consonância a uma determinada circunstância específica, razão pela qual os valores humanos são relativos. *"Os valores humanos são crenças globais que transcendentalmente guiam as acções humanas e as julga sobre determinados objectos e situações específicas, formulando também a base dos processos atitudinais bem como comportamentais"* (PÔNCIO, 2013, p. 62). Desta forma os valores humanos são motivo ou razão para o agir humano, nestas e naquelas circunstâncias humanas. Estes valores são critérios para a guia das acções humanas na sociedade.

Os valores humanos por sua vez determinam o comportamento humano, porém devem ser regidos pela lei da moralidade de maneira que sejam justamente reflectidos pela lei moral.

2.1. A ética do dever em face da preservação dos valores humanos

De acordo com KANT (2004, p. 43) a ética do dever estabelece a lei fundamental capaz de ajustar todo o critério da vontade subjectiva para reger as acções humanas na sociedade. Esta lei fundamenta-se na razão pura, princípio da vontade geral ou objectiva, obrigando a vontade subjectiva-se comprometer com a norma suprema a fim de validar e nortear o comportamento humano no sistema da moralidade. A ética do dever tem em vista a promoção ou preservação dos valores humanos, na medida em que com a identificação de uma lei para a orientação da conduta humana, prescreve a todas as acções humanas enquanto valores e práticas humanas de se ajustarem a lei universal.

A ética do dever propõe um ajuste ou uma ilustração moral de maneira a guiar os valores humanos, afinal estes são entendidos como práticas ou acções humanas. Assim sendo com a ética do dever torna-se claro o respeito da pessoa humana, enquanto um valor absoluto bem como das suas práticas ou comportamento. Para além disso a ética do dever advoga que todos os valores humanos ou acções humanas devem depender das observâncias éticas, pois esta enquanto ciência da moralidade incorpora nos valores humanos uma racionalidade puramente aceitável no sistema social.

Ora a ética do dever está bem assente nos princípios racionais por isso sujeita a todo o valor humano enquanto acção humana a ser justificada, e norteadada rigorosa e incondicionalmente a regra prática denominada lei moral. *"Matar o inimigo se converte em um princípio teleológico, e também cada vez mais, das hostilidades ao invés de um princípio da preservação da vida ou da saúde"* (LAUFER *apud* KANT, 2006, p.28). A protecção ou a preservação da vida ou da saúde implica a manutenção e a consequente garantia da vida humana. Assim sendo a ética do dever usa a lei moral para determinar os valores humanos enquanto acções humanas de se ajustarem tão forçosamente a ciência da moralidade. Para além disso a ética deontológica exige o respeito da humanidade ou seja da natureza racional, concebida esta como a capacidade que cada pessoa tem de perseguir e adoptar os seus interesses. Ainda na ética deontológica existem duas formas da humanidade que consistem no bom ou no mau tratamento das pessoas, mediante práticas das

acções humanas ou dos valores humanos. A ética é histórica, uma vez que solidificada em noções de valores que mudam a medida em que se descobrem novas verdades, por isso o agir ético não seria apenas o modo de reproduzir as práticas das velhas gerações mas de reflectir nas práticas actuais a partir daquelas. Desta forma a ética é a determinação do comportamento humano a partir de uma norma moral no sistema social. A primeira forma da humanidade é designada como negativa que consiste em tratar as pessoas como meros instrumentos ou objectos, o que nota-se com a ausência de valores humanos que são justamente resultado das boas acções.

A segunda forma da humanidade denominada forma positiva consiste em tratar as pessoas enquanto fins em si mesmos. Ora a ética do dever preserva os valores humanos a partir da regulação das acções humanas fundamentadas na lei universal. Assim sendo os seres humanos porém, têm uma vontade imperfeita, o que significa as suas acções ou escolhas estarem conforme aquilo que a razão prescreve. Os Homens estão sujeitos a inclinações empíricas, daí existem acções irracionais praticadas pelos Homens, logo a obediente a lei moral é uma obrigação para todos os Homens.

Com o cumprimento da lei moral, princípio para a orientação das acções humanas, e justeza dos valores humanos, torna-se claro que as práticas humanas, a vida humana, os hábitos ou costumes dos Homens estejam sujeitos a moralidade. *"Os Homens têm uma vontade imperfeita, razão pela qual as suas acções e escolhas nem sempre estão conforme a lei moral, pois o Homem está sujeito pela sua natureza a inclinações empíricas"* (KANT, 1948, p.37). Desta forma a ciência da moralidade está a mercê da regulação da vida humana ou do comportamento humano na sociedade, já que as acções humanas nem sempre estão conforme a moralidade. Assim sendo a ética do dever tem uma consistência conservadora da vida humana bem como do comportamento humano. Com o uso da lei moral permite-se a existência dos valores sociais, enquanto critérios que ajudam para a vivência harmoniosa da sociedade. Ora o cumprimento da lei moral possibilita a existência dos valores humanos na sociedade em que a ética do dever está em vigor.

Ora a mesma lei moral permite a partir do seu cumprimento a existência de valores humanos tais como: bem-estar-colectivo, paz, harmonia, segurança jurídica, solidariedade, fraternidade, respeito mútuo, integridade, justiça, direito, felicidade, saúde, vida criação de instituições de direito, liberdade e cidadania.

A lei moral enquanto princípio condutor sujeita todas as práticas humanas ao cumprimento das obrigações que lhe são estabelecidas pela sociedade, assim sendo a lei moral consiste numa regra prática que busca o aperfeiçoamento da conduta humana. A lei moral consiste também numa reflexão das atitudes humanas, de maneira que estas atitudes sejam conforme a uma vida adequada, ou seja, uma vida formal aquela que é aceita no sistema social.

As leis morais, retêm sua força de leis somente na medida em que se possa vê-las como possuidoras de uma base a priori e sejam necessárias. Com efeito, conceitos e juízos sobre nós mesmos, nossas acções e omissões não têm significado moral algum, se o conteúdo deles puder ser aprendido meramente a partir da experiência (KANT, 2003, p. 58- 59).

Neste sentido todas as práticas humanas devem estar sujeitas a lei moral, de maneira que os valores humanos sejam norteados por uma representação moral, razão destes valores serem dignos dos homens. Pois são determinados pela racionalidade humana que norteia as acções ou práticas dos Homens, de maneira que a sociedade esteja assente nos moldes da moralidade e por via disso seja respeitadora da lei moral. A lei moral enquanto representação da moralidade é baseada na razão pura. Assim o comportamento humano bem como a vida humana são ambos determinados ou regidos pela moralidade.

Na concepção de KANT, (2007, p. 27) as acções humanas são aceitáveis na medida em que são fundamentadas na lei universal ou seja na representação racional do sistema social em vigor, razão destas práticas terem na sua essência um conteúdo moral. *O princípio moral o chamado lei universal tem de ser rigorosamente a priori isto é, necessário o que significa estabelecer-se em todas as acções humanas a partir da razão pura. Entretanto uma lei que contém o regulamento das práticas humanas, é por natureza a lei universal, a norma geral pois aplica-se a todas as atitudes humanas daí universal. "A bioética deve concentrar-se em questões éticas e médicas, levando em consideração todas as questões biológicas, comunitárias, culturais e relacionais na ecologia do mundo natural"* (POTTER, 2020, p. 25). Assim sendo a bioética busca uma harmonia da sociedade humana bem como a unificação das ciências humanas e naturais, dado que estas duas culturas concentram-se na sobrevivência da humanidade. Ora o conteúdo moral atribuída a acções humanas deve ser examinado respeitando a observância das atitudes humanas, de tal maneira que estas atitudes sejam conforme a lei moral.

Os valores humanos são ligados a lei moral já que são produto das acções humanas bem ordenadas pela lei moral, os valores humanos enquanto resultado das acções conforme a lei são práticas humanas feitas com respeito a lei suprema em vigor na sociedade humana. Assim sendo a justiça, a saúde, a vida, a liberdade, e a cidadania em Kant são acções humanas praticadas em conformidade com o respeito a lei, daí que no Jorgão kantiano estes valores são uma espécie de reconhecimento da dignidade humana. Ora, a lei moral serve de uma chave de ouro para a abertura das práticas corretas e aceitação das mesmas na sociedade.

A transgressão a lei moral ou o não cumprimento da lei moral, culmina com a erradicação da existência dos valores humanos, na medida em que estes são fundados ou possíveis a sua existência a partir do ideal da lei moral. *"Uma acção praticada por dever tem o seu valor moral não no propósito que dela se espera, mas sim na máxima moral que a determina enquanto realidade objectiva"* (KANT, 2004, p. 39). Desta forma a ética do dever enquanto representação das acções correctas visa a promoção dos valores humanos, ou das práticas humanas assentes no sistema da moralidade. Dado que a partir da lei moral e do cumprimento da lei moral torna-se possível a existência de uma comunidade norteada de valores humanos.

Esta ética advoga valores tais como: dignidade, respeito, solidariedade, fraternidade, liberdade, racionalidade, colectividade, comunidade, autonomia, justiça, harmonia, direito, educação, e outros valores enquanto resultados do cumprimento da lei moral. Com a existência destes valores torna-se possível a existência da chamada comunidade ou reino dos fins, aquele ideal inspirador kantiano, que visa a defesa de uma comunidade, na qual os indivíduos respeitam a lei estabelecida através do seu livre arbítrio. Esta comunidade é portanto no Jorgão kantiano respeitadora da lei, cuja finalidade consiste no bem-estar de todos, em prol da preservação das boas relações entre os Homens.

Os valores humanos derivam do processo normativo, que prescreve as acções humanas, de se sujeitarem a moralidade ou a ética, enquanto ciência da moralidade ou ciência que visa a orientação das práticas humanas de maneira a garantir a existência humana em face da sua dignidade. A ética do dever procura também a regulação ou a organização da vida do Homem desde as suas relações, suas vivências, por isso tem como último propósito a promoção dos valores humanos enquanto modelo para a orientação da vida humana.

Ora, a ética do dever busca pensar os costumes dos Homens que são formas de reflectir as diversas práticas humanas, este costume dizem respeito a vivências de um determinado grupo social. Assim a ética do dever impõe regras de conduta para o ordenamento social a partir da lei universal, razão pela qual a ética kantiana é a justificação e identificação de uma lei moral para regulação da conduta *“Como toda a lei prática representa uma acção possível como boa, e por isso como necessária, a razão é a condição a priori para a determinação da vontade subjectiva de agir com respeito a lei”* (KANT, 2004, p. 52). Assim a lei moral derivada da sua natureza absoluta e necessária, determina intrinsecamente a vontade subjectiva de maneira que as suas acções sejam objectivas, uma vez regida a vontade subjectiva pela lei universal as acções que dela resultam são também universais e a priori.

Ora, as acções morais contêm um conteúdo moral daí a existência dos valores humanos na ética do dever, que serve de guardião da moralidade e da justeza dos valores humanos. *“A ética não é nada se não a ciência do que é bom e mau para conservação da sociedade da humanidade”* (HOBBIES, *apud* DALL' AGNOL, p. 22). Desta forma a ética serve de bússola para a orientação da humanidade em face dos costumes, heranças, ou vida humana, daí que a ética é o estudo do comportamento humano.

2.3 Exemplo de aplicação da ética do dever em Moçambique no sector da saúde

Os Homens na sociedade devem se sujeitar ao cumprimento das normas morais, a fim de salvaguardar a sua vida, sua saúde bem como a sua dignidade fundamentos da ética deontológica. Assim sendo esta conservação da vida é uma realidade moral que cada Homem deve preservar através do cumprimento da lei moral. Ainda nesta abordagem Kant refere que a maioria dos Homens tem usado critérios menos plausíveis para a identificação da moralidade no sistema social, o que implica a ausência e a conseqüente exigência da ciência da moralidade.

A única forma de cuidar da saúde e da vida enquanto valores morais seria o cumprimento e a representação do dever na sociedade, na qual o Homem enquanto um ser de deveres está sujeito. A preservação da saúde bem como da vida humana ajuda na garantia da organização, do bom funcionamento da sociedade, da existência das boas relações entre os indivíduos que compõem o sistema social.

A preservação dos valores humanos na ética kantiana faz com que haja na sociedade a promoção legal da existência humana, daí que a busca pelo bem sócia, a igualdade social, a saúde, fraternidade, bem-estar colectivo, justiça são valores que são exaltados pela ética deontológica kantiana.

Em contraposição quando as contrariedades e o desgosto sem esperança roubaram totalmente o gosto de viver, quando o infeliz, com fortaleza de alma mais enfadado do que desalentado, deseja a morte e conserva com tudo a vida sem ama-la, não por medo ou por inclinações então a sua acção tem um conteúdo moral (KANT, 1948, p. 28).

Para além disso o respeito a vida ou a saúde em todas as circunstâncias implica o respeito a lei moral ou a ciência da moralidade, na medida em que a ética do dever revela nos seus aspectos puros uma proibição do uso das pessoas enquanto meros instrumentos. Por um lado a ética deontológica busca a essência da pessoa humana que consiste na conservação da sua dignidade, sua existência no seio da sociedade, por outro lado a ética do dever busca a padronização dos costumes dos Homens através da lei moral. *"Os motivos que o governo deve utilizar para ter a influência do seu povo ao exercer a sua tutela, é prestar atenção no bem externo ou no bem civil por último é prestar atenção no bem corporal ou na saúde isto é, prestar atenção no viver longamente do seu povo"* (idem, 1993, p. 24). Desta forma o governo deve velar ou legislar o povo por meio do controle da saúde enquanto um dos valores e dons preciosos da humanidade, em que ele próprio se encontra em tutela. A ética deontológica é a resolução dos conflitos sociais outrora, emergentes do mau tratamento da humanidade pelas acções teleológicas, que o Homem dotado de uma imperfeita vontade tem sempre praticado sem a orientação da lei moral.

Assim a ética do dever é também uma bússola para a regulação da vida dos Homens em todas as sociedades buscando o melhoramento da vida humana. A moralidade consiste na reflexão ou no estudo do comportamento humano, através da análise das acções humanas, suas vivências em sociedade bem como busca estabelecer uma regra ou norma para a orientação da vida humana. *"Os Homens julgam-se superiores em relação aos outros seres da natureza pela sua liberdade, sua razão e pelo seu poder, por isso são os piores de todos e os únicos que sem a moralidade devem ser considerados como maus."* (passim, 1999, p. 40). Desta forma a ética do dever pretende regular as práticas humanas de maneira que estas sejam consideradas próprias dos Homens.

Os Homens devem agir em consonância com a lei universal, o que implica o cultivo da moralidade. A eutanásia na sociedade moçambicana é um exemplo de aplicação da ética do dever, na medida em que assiste-se nesta sociedade uma crise de valores humanos, o que suscita uma observância da moralidade. *“Ser tomado em troca de dinheiro para ser morto ou matar parece implicar um abuso dos Homens, como meras máquinas em mãos de outro estado, dificilmente semelhante com o direito da humanidade como a nossa”* (KANT, 2006, p. 27). Desta forma os maus tratos levam a crise da moralidade, o que por um lado implica a alteração estrutural do sistema da sociedade, e por outro lado esta crise da moralidade sujeita a humanidade a aniquilação, a destruição, a ameaças e a mudanças de ego. Ora esta crise da moralidade moçambicana é levada a cabo pelas práticas biomédicas, nas quais se torna claro o desafio ou o problema da eutanásia, enquanto um problema ético do mundo em vigor.

A biotecnologia moderna em alguns dos seus casos seria um tipo de instrumentalização da pessoa humana geneticamente manipulada. Consistiria também em um tipo de atitude para com a pré pessoa do embrião (feto) geneticamente modificado, semelhante a atitude que empreendemos quando lhe damos com objectos não portadores de direito, respeito, em consideração a saber: no jorgão kantiano estes objectos não são dotados de dignidade (HABERMAS, *apud* PINZANI et all, 2008, p. 77).

A eutanásia enquanto procedimento médico usado pelos médicos desde o final do século passado (1971), tem por seu turno provocado uma lastimável perda da moralidade. Ora como é de conhecimento geral a eutanásia está preocupada com o aliviar a dor do paciente que se encontra em frente a doenças incuráveis ou crónicas. Entretanto a eutanásia sujeita-se a eliminação de vidas ou a redução da pessoa humana, através do encurtamento da vida e não o prolongamento da mesma. *“Esta atitude é imoral uma vez que o agente não adopta a perspectiva de respeito e consideração pelos fins alheios ou interesses das outras pessoas mas as trata como meros objectos”* (idem, 2008, p. 77). Assim sendo a eutanásia é um dos procedimentos biomédicos que visa o alastramento da crise da moralidade, razão de ser reflectida pela ciência da moralidade kantiana. A ciência da moralidade kantiana é antipática a instrumentalização da pessoa ou da vida humana. Em face disso a sociedade moçambicana na actualidade enfrenta o desafio da eutanásia, o que implica o direito de morrer com dignidade.

Ora esta morte assistida e causada a pacientes, deve-se ao facto destes enfrentarem doenças incuráveis, bem como estarem sujeitos a custos financeiros, ou sem condições próprias para cuidar dos custos da medicina. *"A bioética gera uma sabedoria, o conhecimento de como usar o conhecimento para o bem social a partir de um conhecimento realista de natureza biológica-humana e do mundo biológico"* (POTTER, 2020, p. 16). Frente a esta problemática a medicina moçambicana deve em geral optar pela conservação da vida e não o contrário. Em sintonia ao problema ou ao desafio da eutanásia, que se faz sentir na sociedade moçambicana, a ética do dever propõe o estabelecimento de um fio conduzido para a conservação da existência humana.

A ética do dever estabelece um critério moral para a conservação da saúde. A saúde consiste num valor eterno pois, caracteriza a vida do Homem, e é portanto um bem supremo razão de ser pensada pela lei moral enquanto critério para a determinação do comportamento humano. *"Pelo contrário conservar cada qual a sua vida é um dever e além disso é uma coisa que cada um deve cumprir como uma obrigação"* (KANT, 1948, p. 29). Assim sendo a eutanásia mais do que propor-se a resolução dos conflitos éticos é um problema bioético do mundo em vigor. A eutanásia enquanto prática humana porém não moral tem gerado com mais incidência na sociedade moçambicana, a crise de valores humanos. A eutanásia se torna transparente com o aumento do índice da mortalidade, o desrespeito a vida- saúde, o encurtamento da mesma, a redução do índice demográfico.

Razão do aumento do subdesenvolvimento, bem como a aceleração da pobreza em Moçambique. Dado que Moçambique é um dos países da África Austral em via do desenvolvimento face a isso a eutanásia é também uma guia para a condução da humanidade moçambicana a catástrofe. A eutanásia enquanto acção não moral caminha cada vez mais em direcção da destruição de vidas humanas bem como a crise de valores tais como: vida, saúde, harmonia, justiça, fraternidade, solidariedade, direito entre outros valores. *"O governo deve velar pelo conforto do seu povo, garantindo a segurança pública, no tocante a saúde, já que a regulação médica diz em vigor o respeito a medicina enquanto uma polícia médica"* (KANT, 1993, p. 30). Desta forma a conservação da saúde em todas as sociedades tem de ser reflectida pela tutela governamental ou pelo Estado em que esta se desenvolve. Portanto o governo de uma nação deve ser capaz de legislar o comportamento humano na sociedade através das leis que regulam a conduta dos cidadãos na sociedade. Todo o governo deve proporcionar o bem viver dos Homens no sistema

social para a boa sobrevivência dos mesmos no sistema da sociedade. A observância da eutanásia pela ciência da moralidade kantiana faz com que haja em todas as sociedades humanas, regras morais para a regulação da vida humana. Mediante aos conflitos morais que as mesmas sociedades presenciam em cada época histórica daí a necessidade do estabelecimento da moralidade. *"A essência do Estado reside na organização das relações sociais, através do uso de procedimentos institucionais pré-estabelecidos, esta organização não obedece a vontade subjetiva"* (NGOENHA E CASTIANO, 2011, p. 56). Desta forma por meio da ética torna-se possível a organização das relações sociais bem como da vida humana. O que se torna claro acima de tudo é que o Estado moçambicano deve reflectir também na eutanásia enquanto um desafio médico, cívico e ético do mundo em vigor. Dado que a sociedade moçambicana passa por conflitos morais que provêm da actividade biomédica, assim a eutanásia sendo um procedimento médico para o encurtamento da vida humana, propõe a destruição de vidas.

Após a identificação das primeiras consequências da revolução industrial, a sobrevivência da humanidade estava em risco, devido a incapacidade de se estruturar uma área de conhecimento voltada ao estabelecimento de parâmetros éticos, para o desenvolvimento civilizacional. Portanto é necessário a defesa de uma regulação bioética (ética da vida), para o crescimento económico e desenvolvimento científico (POTTER, 2016, p. 45).

Com o avanço exagerado das actividades científicas, o industrialismo vigora no mundo moderno como uma insatisfação provinda das práticas da tecnologia, dado que no campo da saúde, a mesma tecnologia inventa actividades não morais para a destruição da vida humana. Ora o industrialismo também precisa de ser reflectida pela ciência da modalidade kantiana, de maneira a determinar as actividades industriais, o que se torna transparente com a destruição da camada de Ozono, o desemprego dado que a mão-de-obra foi substituída pelas máquinas.

CAPÍTULO III: CRÍTICA DA ÉTICA DO DEVER A PARTIR DA ÉTICA DO DISCURSO

Neste capítulo critica-se a ética do dever a partir da ética do discurso, tendo em consideração a reformulação do imperativo categórico, procedimento normativo ou metodologia da ética do dever. Dado que esta metodologia parte do pressuposto de que a ética pura estabelece a lei universal para a regência do comportamento humano, das vivências, e das relações humanas baseando-se no solipsismo ou na autoconsciência. Assim a crítica da ética do dever tem o seu ponto de partida na ética discursiva habermasiana, cujos seus fundamentos vigoram no uso da linguagem, instrumento do estabelecimento da lei moral. Portanto o discurso seria a metodologia normativa para a orientação da sociedade, através do acordo entre os membros do grupo social, assim sendo a ética do discurso advoga a existência da comunicação. Portanto a partir desta, seria possível, a discussão dos problemas, situações, interesses e objectivos, de uma determinada sociedade, a fim de que a partir do diálogo ou do uso da palavra, os membros da sociedade cheguem ao consentimento ou o acordo entre as partes da sociedade. A ética do discurso aponta também que os limites da ética deontológica devem-se ao facto desta fundamentar-se nos princípios metafísicos, ou na razão pura kantiana, razão pela qual a ética do dever é uma ética demasiadamente absolutista e monológica.

3. Conceito da ética do discurso

De acordo com HABERMAS (1989, p. 139) a ética do discurso é uma orientação para uma acção comunicativa, entre os participantes do discurso. Ora a ética do discurso enquanto uma busca reflexiva do entendimento entre os membros de uma sociedade, objectiva-se a universalização da lei moral. Esta lei capaz de orientar as vivências humanas, suas relações na sociedade, a partir das suas situações bem como dos seus problemas locais. *"O Homem deve renúncia ao mundo, a palavra e falar consigo mesmo, afinal Deus, o mundo e o Homem não são rivais, pois é impossível que a relação humana com Deus e o mundo seja estabelecida como uma omissão do mundo"* (BUBER, 1982, p. 9). Por isso a ética do discurso advoga a existência dos diversos pontos de vista particulares, de tal sorte que com a análise destes pontos de vistas que representam as preocupações dos indivíduos na sociedade, torna-se possível o alcance do consenso entre os constituintes da sociedade.

Assim também torna-se possível a universalização ou adequação da interpretação das necessidades de todo o grupo social, a partir da pretensão moral, que implica a validade intersubjectiva entrelaçada na totalidade. O que permite a existência da universalização ou uniformização dos valores culturais, práticas, bem como o comportamento humano.

O saber científico é uma espécie de discurso. Ora, pode-se dizer que há quarenta anos as ciências e as técnicas ditas de vanguarda versam sobre a linguagem: a fonologia e as linguísticas, os problemas da comunicação, a informática, a cibernética, a busca da compatibilidade entre as máquinas, os problemas de memorização. [...]. Eis alguns exemplos e a lista não é exaustiva (LYOTARD, 1988, p. 3).

A ética do discurso é uma ética não só reflexiva mas antes dialógica, o que implica os participantes do discurso adoptar o diálogo como caminho para o alcance da moralidade. Assim o diálogo põe os indivíduos na sociedade em livre comunicação enquanto instrumento para a orientação da sociedade, a comunicação permite os indivíduos a relacionarem-se consigo mesmos. O discurso permite também os indivíduos a exercer uma liberdade de expressão ou de pensamento, esta liberdade faz com que haja uma troca de ideias, baseadas estas ideias, no respeito mútuo. *"O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar"* (FOUCAULT, 1970, p. 10). Neste sentido o discurso é um instrumento ou linguagem, usada na ética habermasiana para a busca do entendimento. Portanto o discurso enquanto uma comunicação entre os interlocutores da ética dialógica, por meio dele, os interlocutores almejam interesses e objectivos universais, nesta ética dialógica os participantes devem reconhecer-se mutuamente.

Na ética discursiva cada pessoa deve ser capaz de participar do discurso, expondo as suas ideias, sua situação, o que implica também a liberdade de expressão tanto no falante assim como no ouvinte. Na ética do discurso a aplicação da lei moral, exige uma inteligência dialógica que consiste na comunicação para a busca do consenso ou o acordo entre os membros da sociedade. *"Subsiste, porém que o procedimento da ética discursiva mediante a fundamentação da norma moral, não deve basear-se na ideia exaltadora e mesmo perigosa em seus efeitos práticos"* (HABERMAS, 1989, p. 127). Desta forma a ética do discurso baseia-se na compreensão da vontade geral, através da análise comparativa entre os diferentes membros da sociedade. ~

Ora nesta ética o comportamento humano é fundamentado na identidade de grupos e indivíduos que constituem a sociedade. Ora, na ética do discurso a universalização da lei moral é feita também a partir do reconhecimento das diferentes práticas dos Homens e dos diversos contextos históricos. O procedimento da ética do discurso coincide com o princípio discursivo de validade normativa, razão pela qual a ética do discurso caracteriza-se por ser formal. Esta formalidade implica também uma compreensão e integração do mundo da vida de cada participante no acto discursivo.

A ética do discurso é essencialmente uma interpretação do horizonte do mundo da vida de um determinado grupo social. Na ética do discursivo, o discurso é a metodologia usada pelos participantes da acção comunicativa para a orientação da sociedade através do estabelecimento do acordo entre eles designado este acordo pela lei moral. O discurso não é apenas o relacionamento dos indivíduos entre si, no processo de fala, mas também é, o comportamento dos indivíduos sua atitude para com o outro.

Agora, são apenas essas crenças empíricas pré-morais que estão sendo pressupostas, ao passo que a crença moral de que a norma está justificada, de todos poderem concordar com ela não está pressuposta. Mas sim, o resultado do processo comunicativo de justificar um para o outro uma linha de acção comum com base nessas crenças pré- morais (HABERMAS, 1989, p. 97).

A ética do discurso está submetida a limitação de espaço e tempo, pois tem lugar em contextos sociais, na medida em que os participantes do discurso, mediante a argumentação dos seus pontos de vistas são movidos pelas suas circunstâncias locais e até mesmo subjectivas. Dando necessidade da existência do diálogo para a busca da universalização ou uniformização do modo de vida destes Homens. *"Numa situação dialógica o Homem, que está face a mim nunca pode ser meu objecto, eu tenho algo a ver com ele, e devo realizar algo nele e aprender dele"* (BUBER, 1982, p. 8). Desta forma na ética do discurso o reconhecimento do outro é uma exigência da acção comunicativa dado que os participantes devem expor as suas ideias de maneira dialógica, ou através da fala e da escuta, enquanto o falante se expressa, o ouvinte deve prestar atenção tendo em conta a sua liberdade de expressão e vice-versa. Assim sendo a ética do discurso é de natureza intersubjectiva. Visto que admite a existência da interconexão dos interesses de todos os membros da sociedade, partindo da sua subjectividade ou dos seus

interesses axiológicos ou particulares. A ética do discurso apoia-se assim por dizer na razão comunicativa, o que implica a pronúncia e escuta no acto de fala. A ética do discurso desenvolve-se tendo em consideração a base de validade do discurso que consiste na formulação dos actos de fala consensuais ou o respeito pelas condições normativas da possibilidade de se chegar ao entendimento entre os membros da sociedade (participantes do acto comunicativo).

Ora o discurso enquanto base normativa de validade intersubjectiva, evita a dar a origem do mal-entendido entre os membros da sociedade, logo para a existência da compreensão mútua, torna-se importante que se aplique o elemento normativo. O que implica a avaliação das acções humanas, ou do modo de vida dos Homens tal como do comportamento humano. *"A vida dialógica não implica de forma alguma uma perda de individualidade na distinção entre a colectividade e a comunidade"* (BUBER, 1982, p. 9). Desta forma o diálogo enquanto mecanismo para a orientação da vida humana na ética do discurso é usado este mecanismo, como uma descrição pragmática, um instrumento de comunicação e integração social, um meio para o consenso e para o entendimento entre os indivíduos.

Para além disso na ética do discurso há necessidade de se apresentar pretensões de validade universal o que implica o modo como o falante assim como o ouvinte devem proceder no acto do discurso: a) os argumentos devem ser enunciados de uma forma inteligível; b) o participante do discurso deve dar algo que seja compreensível ao ouvinte; c) o participante do discurso deve atingir o seu objectivo de compreensão junto do outrem; d) o participante deve dar a si próprio, a compreensão da sua argumentação

3.1. Do agir estratégico ao agir comunicativo

Na concepção de HABERMAS (1990, p. 11) o agir estratégico consiste numa acção manipulativa, que visa a transmissão de ideias, informações ou ordem a outrem, neste sentido o agir estratégico visa a transmissão de normas para a orientação da conduta humana. Esta norma moral está assente numa só pessoa, servindo esta lei moral como ordem, lei, razão, poder, para que a partir destes possa sobrepor-se a maioria dos Homens, de maneira que sujeite os outros membros da sociedade a uma espécie de dominação.

Por um lado o agir estratégico visa impor a imposição, por outro lado não respeita o pensar diferente dos outros ou a liberdade de expressão, por isso carece de diálogo enquanto mecanismo

para a discussão dos problemas sociais. Logo no agir estratégico a função da interpretação normativa é feita de maneira desequilibrada, pois há um uso demasiado da força para o estabelecimento da lei moral.

É nossa intenção defender a ideia de que não só a língua mas também a fala, o uso de frases e expressões é susceptível de ser submetido a uma análise formal. Tal como as unidades elementares da língua (frases), as unidades elementares da fala também podem ser analisadas do ponto de vista metodológico de uma ciência reconstrutiva (HABERMAS, 1996, p. 17).

Portanto o agir estratégico está preocupado com a aplicação do modelo de comportamento baseado na transmissão e na satisfação das normas morais, estabelecidas a partir de um só indivíduo, o que implica o falante enquanto aquele que estabelece a norma moral sobrepor-se a maioria sem que esta última tenha uma alternativa dialógica. Assim sendo as vivências humanas bem como o comportamento humano devem ser regidos a partir da compreensão de todos os interesses dos integrantes da sociedade. Portanto existe na ética do dever a ausência da emancipação dos indivíduos para exprimir as suas ideias, ou seja, uma acção assim é baseada na manipulação do outro, na medida em que priva a maioria dos Homens de darem os seus pontos de vista para o estabelecimento da lei moral.

Paralelamente ao agir estratégico, o agir comunicativo está preocupado com o reconhecimento do outro a partir do estabelecimento do diálogo enquanto mecanismo para a integração de cada indivíduo no sistema da moralidade. O agir comunicativo desenvolve-se em função dialógica o que implica a presença da liberdade de expressão, ou o direito de cada indivíduo na sociedade expressar-se mediante o outro. Assim sendo o agir comunicativo busca o estabelecimento da moralidade a partir do uso da palavra, condição necessária para a ética discursiva. Assim o agir comunicativo está voltado para a discussão do modo de vida dos Homens de uma determinada sociedade tendo em conta a sua inter-subjectividade, enquanto espécie de integração social.

O significado do acto de fala deve exprimir um direito de expressão para os participantes do grupo social, tal que o discurso enquanto um acto de fala deve sujeitar-se ao sentido linguístico, isto é, a linguagem enquanto um acto locucionário orienta o Homem para o entendimento. A isso o agir comunicativo pressupõe a existência do uso da palavra enquanto critério para a argumentação racional, ora o agir comunicativo é também um acto locucionário nele coincide o

uso da atitude cooperativa entre os participantes do discurso. Ora o discurso enquanto guia para a orientação das práticas humanas no acto de aplicação da lei moral, permite a existência do reconhecimento do outro. *“O tu eterno é Deus, este para mim é a palavra, por isso o Homem deve relacionar-se consigo mesmo e com os outros no mundo através da palavra”* (BUBER, 1982, p. 17). Desta feita no agir comunicativo o Homem deve ter o domínio do uso autónomo e arbitrário da palavra de tal sorte que a moralidade esteja assente no consentimento de todos os integrantes do seio social.

3.2. Reformulação do imperativo categórico

A ética do dever fundamentado no imperativo categórico kantiano, carece de uma metodologia normativa-intersubjectiva, visto que na universalização da norma moral Kant esqueceu-se da sociedade para o diálogo e a consequente aplicabilidade intra- humana da lei moral. Pois dá maior importância a um só indivíduo de tal maneira que este aplique as normas de conduta. *“Onde um elemento governa e o outro é governado, encontra-se aí, uma tarefa determinada, isto é, revela-se uma lei universal da natureza, existindo com efeito uma autoridade”* (ARISTÓTELES, 1998, p. 61). Desta forma a aplicação da lei moral deve obedecer o critério do consentimento de todos os indivíduos da sociedade, pois esta lei moral é aplicada a todos os elementos da sociedade. Assim sendo na ética deontológica o imperativo categórico procedimento moral impõe-se incondicional e rigorosamente a todos os indivíduos da sociedade.

Na ética deontológica a aplicação da lei moral está assente na autoconsciência de um só indivíduo aos demais indivíduos da classe social. Pelo que a ética do dever deixa a sociedade de lado para a aplicação ou estabelecimento das normas, na medida em que o indivíduo que emana as leis depende da sua liberdade para a determinação do comportamento humano. Logo a ética do dever assenta-se no ideal metafísico. *“Age de tal forma que a máxima da tua acção devesse tornar-se ao mesmo tempo uma lei universal”* (passim, 1785, p.16). Desta forma na ética do dever as acções humanas ou o comportamento humano são regidos pela vontade subjectiva, que regula as práticas da universalidade ou do grupo social, o que implica o absolutismo na ética kantiana. Portanto a universalização da lei moral da ética do dever está baseada no puro-eu ou na razão pura, o que leva a reformulação do imperativo categórico, daí que a ética do dever é de natureza absolutista.

A ética do dever está assente nos princípios metafísicos ou no solipcismo, razão de ser uma ética demasiadamente solipcista e pura. Os princípios metafísicos estão além da experiência, isto é, a ética do dever está fundamentada na razão a priori. *"De alguma forma sabemos que o uso primário das máximas é perigoso para o filósofo, porque tem de ser declarativo ou constantativo, o que implica o uso de imperativos"* (AUSTIN, 1990, p. 70). Desta forma o imperativo categórico enquanto metodologia ética está fundamentado nas ideias do sujeito cognoscente e não na relação dinâmica entre sujeito e objecto, sendo que este último cerca o sujeito no seio social. Ou seja o sujeito enquanto um indivíduo que propõe as normas morais na sociedade deve também conhecer o ambiente que cerca o objecto, isto consiste em estabelecer a norma moral partindo dos problemas que cercam a sociedade. Pois o objecto enquanto um elemento da sociedade também é cercado de situações que devem ser reflectidas pela lei moral.

Kant e os utilitaristas operam com categorias de uma filosofia da consciência, por isso reduzem a si, os motivos, fins e interesses para a orientação do valor de que a sociedade em geral depende, a estados internos e privados. Porém estes interesses e fins têm algo intersubjectivo, pois esta interpretação combina com a vida da sociedade de que estes dependem (HABERMAS, 1987, p. 12).

Neste sentido a ética do discurso intervém neste processo pouco a pouco, para modificar o carácter irreflexivo da ética do dever, pois o aspecto subjectivo da ética deontológica é incapaz de estabelecer uma lei moral cuja sua função é a compreensão do outro a partir do reconhecimento da sociedade no âmbito da aplicação da lei universal. Dado que esta lei moral deve-se fundamentar na relação intersubjectiva, e não no subjectivismo lógico. Ora a ética do dever deve basear-se na análise do modo de vida da sociedade, o que implica efectivar-se no exame atento das práticas, heranças, e costumes da sociedade. *"Parece muito provável que a pura declaração ou o uso de máximas, seja uma meta, ideal, ao qual o desenvolvimento gradual da ciência moderna deu impulso"* (AUSTIN, 1990, p. 70). Entretanto a ética do discurso não é a universalização da lei moral a partir de um sujeito isolado que quer prescrever para todos e em nome de todos a norma moral.

Com o exame da situação local na qual esta ética deontológica se aplica pretende-se um reconhecimento da sociedade para a formalização das regras de conduta, de tal sorte que esta ética seja capaz de resolver os conflitos éticos que a sociedade presencia. Ora, a metodologia

kantiana ou o imperativo categórico ordena a sociedade a priori sem o mínimo diálogo ou intersubjectividade, condição para uma ética aberta e crítica a todos. Paralelamente a esta análise ética, a ética do dever visto que está fundamentada nos princípios metafísicos é por isso proposicional, parcial e pessoal, razão de ser individualista. *"A partir da vontade da potência dominante a vida humana transforma-se em fraqueza e mutilação triunfante, no negativo e na reacção a acção"* (NIETZSCHE, 1999, p. 11). Neste sentido a ética na sua essência consiste no bem viver dos Homens em comunidade, pois esta consciência moral permite o Homem adoptar as práticas morais e não contrárias. Nesta lógica a dimensão da ética do dever tem de espalhar-se na relação eu e tu, quando o eu percebe o tu, esta relação é intersubjectiva.

Portanto o relacionamento entre os indivíduos na sociedade permite a compreensão dos outros a partir do diálogo ou da comunicação entre os indivíduos. Esta comunicação é caminho viável para uma ética equilibrada, nobre que parte dos problemas da sociedade e não problemas de um só indivíduo que aplica as leis morais. Dado que este indivíduo que estabelece as normas de conduta deve partir da situação do sistema social. *"É ilegítimo que um só Homem possa sobrepor-se a maioria dos Homens, o que consistiria na monarquia que é posta em causa, dois séculos antes da tomada da Bastilha"* (BOÉTIO, 1997, p. 11). Desta forma a ética do dever está esgotada da compreensão eu e tu, uma ética de reciprocidade e de dissimetria o que compete o diálogo entre os indivíduos na sociedade. Na ética do dever há o uso exagerado da liberdade de pensamento, pois cada indivíduo tem de se espelhar nas suas acções para que a partir destas todas as demais sejam conduzidas por acções particulares.

A verdadeira compreensão do outro não é justamente a sua percepção, mas antes é tratá-lo por tu o que consiste em falar ao outro, antes mesmo de falar dele o que implica dilacerar a relação. Falar a ele significa pois, fazer com que a sua compreensão se realize. Esta é a relação com o rosto o acontecimento da colectividade que é deixar-se surpreender a partir dele (LÉVINAS, 2014, p. 9).

Na ética de Kant há uma utilização cognitiva da linguagem, na qual o falante expressa os seus sentimentos, opiniões e conclusões sem a intervenção do ouvinte no acto de fala. Dado que ao se expressar em sociedade e para a sociedade a sua proposição é sempre válida, sem se importar pela veracidade da sua máxima, mas sim a sua sentença. Assim sendo o uso das máximas subjectivas na ética do dever permite a ausência da compreensão dos problemas da sociedade em

relação a quem possui o poder para a aplicabilidade das normas da moralidade. A ética do dever é de cariz monológica visto que desenvolve-se em função de uma única metodologia designada imperativo categórico. Aquela metodologia que determina as regras de conduta de ordem puramente metafísica. *"Pensemos numa vivência de sermos conduzidos por uma só pessoa, e por isso em um só caminho, em que consistiria esta vivência?"* (WITTGENSTEIN, 1994, p. 99). Assim as vivências humanas, a vida, os costumes dos Homens devem ser regidos pela lei estabelecida pela sociedade, e não uma lei estabelecida por um só indivíduo da sociedade. Dado que uma lei moral deve partir da concordância dos elementos da sociedade bem como dos problemas que afectam o sistema social e não a vida de um só indivíduo.

A ausência da intersubjectividade na ética deontológica faz com que haja um uso formalista e solipscista da moralidade, o que implica a falta da comunicação entre a sociedade e aquele que impõe as normas morais na mesma. O sujeito que representa a lei moral encontra-se num mundo de coisas e eventos. Assim sendo o sujeito na aplicação da lei moral deve ter em conta as vivências, o modo de vida da sociedade, seus interesses, seus fins e sua cultura.

Na ética deontológica há ausência da consciência da situação histórica da sociedade na qual se encontra o sujeito que estabelece a lei moral, pois o sujeito que estabelece as normas deve partir dos problemas da sociedade, suas diferenças bem como sua situação. *"O esforço da compreensão humana já não vem de uma confrontação com a transcendência metafísica, mas manifesta-se nas modulações do horizonte temporal"* (NGOENHA, 1993, p. 26). Assim a ética sendo uma ciência da humanidade deve inspirar-se no ideal empírico ou no ideal pós- metafísico e não radicalmente no ideal metafísico. Ou seja, a ética por ser uma ciência da moralidade deve estar assente na razão, porém uma razão que reflecte os problemas da sociedade, a cultura, as heranças, os costumes até às vivências dos Homens no sistema social.

Para além desta análise pós-metafísica a consideração das experiências da sociedade, implica a consideração do modo de vida ou da situação empírica, porém a ética kantiana seria uma ética demasiadamente idealista pois as ideias do sujeito são absolutistas na compreensão da realidade. *"Compreender é relacionar-se ao particular, o único a existir, pelo conhecimento que é sempre conhecimento do universo"* (LÉVINAS, 1997, p. 26). Na ética do dever há uma necessidade de se compreender as vivências da sociedade, a fim de se aplicar uma ética baseada no mundo da práxis da sociedade, na qual a ciência da moralidade está em vigor.

Entretanto a ética do dever por ser demasiadamente pura é a razão de ser uma ética absoluta ou seja uma ética baseada no excessivo uso da liberdade de pensamento de cada indivíduo no seio social. A ética do dever é rigorosamente assente na razão pura, princípio condutor para a determinação da conduta humana na sociedade. Na ciência da moralidade kantiana o estabelecimento das normas, é orientada pela razão de um só indivíduo, o que leva a determinação individualista da lei universal.

A construção de funções de verdade procede exactamente como procederia no caso de um número infinito de argumentos enumerados com vista a validar uma só proposição ou máxima. Logo a verdade enquanto intersubjectiva existe nela argumentos verificáveis, controláveis e outras que não são (WITTGENSTEIN, 1961, p. 11).

A ética do dever está fundamentada nos princípios metafísicos ou normas subjectivas tornando-se falível e acrítico, visto que carece de uma inter-relação e intersubjectividade. Compreendidas como elementos morais para o estabelecimento da moralidade no seio social, na medida em que a intersubjectividade levada a cabo pelo diálogo entre os membros da sociedade, permite que haja o reconhecimento da classe social a partir do particular até ao geral isto é, mediante a aplicação da lei moral haja uma comunicação entre os membros da sociedade. *"No processo dialógico não deve ser o único indivíduo a dar a última palavra, através do proferimento da sua máxima, o que equivale a uma opinião na ética discursiva"* HABERMAS, 1996, p. 37). Desta forma na ética do dever há uma falta do reconhecimento do outro ou da sociedade para a formação da lei moral e a conseqüente aplicabilidade da mesma no sistema social.

Conclusão

A presente monografia científica esteve subordinada ao tema *Ética do Dever: fundamento da preservação dos valores humanos à luz do pensamento de Immanuel Kant*. O debate sobre a ética do dever emerge como uma reacção a racionalidade científica moderna de engendrar a exclusão das ciências humanas para o estudo do comportamento humano, culminando com a dominação, exploração e a crise dos valores humanos. A ética do dever: fundamento da preservação dos valores humanos pretende preservar os valores do Homem, sobretudo a conservação dos valores tais como: vida, saúde, harmonia, igualdade social, paz, justiça, liberdade, fraternidade e outros que permitam o reconhecimento da dignidade humana. Chegando a esta fase do trabalho importa referir que as questões orientadoras deste trabalho científico foram respondidas ao longo da abordagem, na medida em que em cada secção do trabalho levantaram-se discussões englobando as questões levantadas. Portanto este trabalho procurou analisar o contributo da ética do dever enquanto fundamento da preservação dos valores humanos em Immanuel Kant, para o efeito recorreu-se a pesquisa bibliográfica.

Esta conclusão foi feita em função dos objectivos específicos nomeadamente: contextualizar a emergência epistemológica do pensamento ético de Immanuel Kant; discutir os fundamentos da ética do dever em face da preservação dos valores humanos e por último criticar a ética do dever a partir da ética do discurso. Um dos objectivos da ética do dever é fornecer o melhoramento da vida humana, através do estabelecimento da lei moral, enquanto princípio condutor para a regulação do comportamento humano na sociedade.

Ora, a ética do dever procura o aperfeiçoamento da sociedade contemporânea na medida em que na aplicação da lei moral, busca o reconhecimento da dignidade humana, através da exaltação dos princípios da moralidade. Quanto ao primeiro objectivo específico da ética do dever é a contextualização da emergência epistemológica do pensamento ético de Kant. Neste objectivo Kant desenvolve a sua ética como reacção a ciência experimental que se desenvolveu no mundo moderno, dada a sua impureza e a consequente exploração no sistema social.

A humanidade moderna vivenciou a crise da moralidade, que advém das práticas científicas. Assim o iluminismo também se desenvolve neste período histórico para nortear a vida humana através dos princípios iluminadores tais como: a razão, a liberdade de pensamento e outras

formas para a exaltação da humanidade moderna, do comportamento humano e da vida humana. Já que o iluminismo se desenvolveu como uma reacção ao servilismo desencadeado desde a época medieval. Kant foi influenciado com o espírito tanto iluminista assim como científico moderno, vendo a necessidade de fundamentar uma ética do dever, de natureza pura, metafísica ou monológica.

Kant desenvolve a ética do dever num contexto em que a humanidade moderna enfrenta na sua profundidade uma crise da moralidade, daí a necessidade da justificação e identificação da lei moral. Kant acreditava que a ética do dever seria capaz de melhorar as práticas humanas bem como o comportamento humano. A ética do dever visto que se desenvolve como uma reacção a ciência experimental e aliada aos ideais do iluminismo, busca a orientação da humanidade moderna.

Quanto ao segundo objectivo específico é discutir sobre os fundamentos da ética do dever nesta discussão Kant desenvolve uma ética em função da preservação dos valores humanos. Na medida em que a ciência da moralidade kantiana busca a conservação da vida, saúde, integridade, fraternidade, solidariedade, paz, harmonia enquanto valores que norteiam a dignidade humana e integridade.

No tocante ao terceiro objectivo a ética do dever é posta sobre a crítica habermasiana, na medida em que a ética do discurso busca mostrar os limites da ética do dever, pois para Habermas a ética do dever é uma ética metafísica, pura e monológica. Para Habermas a partir da sua ética do discurso a ética do dever é demasiadamente fechada, acrítica e absoluta, já que deixou de lado a sociedade para a aplicação da lei moral.

Ora a ética do dever está esgotada de comunicação ou da relação entre o indivíduo que estabelece as normas e a sociedade a qual é passiva para o cumprimento das normas pré estabelecidas de maneira individual. Portanto visto que os objectivos desta pesquisa foram satisfeitos conclui-se que a ética do dever é um fundamento para a conservação da humanidade contemporânea em função da conservação da sua dignidade.

Referências bibliográficas

Do autor

KANT, Immanuel. (1984). *Crítica da Razão Pura*. Trad. Artur Morrão. 70.Ed., São Paulo

_____ (1948). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Artur Morão. 70.Ed., Lisboa

_____ (1990). *A Religião nos Simples Limites da Razão*. Trad. Artur Morão. 70. Ed., Lisboa

_____ (1993). *Conflito das Faculdades*. Trad. Artur Morão. 70. Ed., Lisboa

_____ (1999). *A Ideia de Uma História Universal do Ponto de Vista Cosmopolita*. Trad. Artur Morrão. 70. Ed., Lisboa

_____ (2002). *Antropologia do Ponto de Vista Pragmático*. 7^a. Ed., São Paulo

_____ (2003). *A Metafísica dos Costumes: a doutrina do direito e a doutrina da virtude*. Trad. Edson Bin. 1^a. Ed: edipro., São Paulo

_____ (2004). *A Metafísica dos Costumes*. Trad. Artur Morão. 70.Ed., Lisboa

_____ (2006). *Para a Paz Perpétua*. Artur Morão. 70. Ed., Lisboa

_____ (2007). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Artur Morão. 70. Ed: Ida., Lis

Sobre o autor

AUSTIN, John. (1990). *Quando Dizer é Fazer: palavras e Acção*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Ed: Artes Médicas., Porto Alegre

HABERMAS, Jürgen. (1990). *Pensamento Pós- Metafísico: estudos filosóficos*. Trad. Flávio Beno. Ed: tempo brasileiro- Ida., Rio de Janeiro

_____ (1989). *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Trad. Guido António de Almeida. Ed: tempo brasileiro., Rio de Janeiro

_____ (1996). *Racionalidade Comunicativa*. Trad. Paulo Rodrigues. 70. Ed: Ida., Lisboa

BUBER, Martin. (1982). *Do Diálogo e Do Dialógico*. Trad. Marta Ekstein de Sousa e Weinberg. Ed: perspectiva., São Paulo

FOUCAULT, Michel. (1996). *A Ordem do Discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Simpaio. Ed: Leyola., São Paulo

LÉVINAS, Emmanuel. (1997). *Entre Nós: ensaios sobre a alteridade*. Trad. Pergentino Stefano e Evaldo Kuava e Luíz Pedro. Ed: Petrópolis- ZFC., São Paulo

_____ (2014). *Violência do Rosto*. Trad. Fernando Soares Moreira. Ed: leyola., São Paulo

WITTGENSTEIN, Lowdwig. (1961). *Tratado Lógico Filosófico*. Trad. M. S. Lourenço. Ed: fundação calouste gulbenkian., Lisboa

_____ (1994). *Investigações Filosóficas*. Trad. Marcos Montagnoli. Ed: vozes., São Paulo

BOÉTIO, Étienne. (1997). *Discurso Sobre a Servidão Voluntária*. Trad. Manuel Gomes. 2ª. Ed: antígona., Lisboa

Outros autores

ARISTÓTELES. (1998). *A Política*. Trad. António Campele Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Ed: bilingue., Lisboa

BACON, Francis. (2007). *O Progresso do Conhecimento*. Trad. Raul Fiker. Ed: UNESP., São Paulo

_____ (2008). *Novum Organom*. Trad. José Andrad, São Paulo

_____ (1952). *Regras para Direcção do Espírito*. Trad. João Gama. 70. Ed., Lisboa

DESCARTES, René. (1681). *Princípios da Filosofia*. Tradição. João Gama. 70. Ed., Lisboa

_____ (2001). *Discurso do Método*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 1ª. Ed: 3ª reimpressão., Lisboa

DILTHEY, Wilhelm. (2007). *Psicologia e Compreensão: ideias para uma psicologia descritiva e analítica*

_____ (1992). *Os Tipos de Concepção do Mundo*. Trad. Artur Morrão. Ed: lusofonia- pressuposto., Lisboa

_____ (2014). *A Essência da Filosofia*. Trad. Marco António Casanova. Ed: vozes lda., Rio de Janeiro

NEWTON, Isaac. (2016). *Princípios: Princípios Matemáticos de Filosofia Natural*. Trad. Maria Helena Célia. 2ª. Ed_ edusp: 3ª reimpressão., São Paulo

HORKHEIMER, Max. (2003). *Teoria Crítica*. Trad. Edgardo Albizo e Ca derlos Luís. Ed_ amorrtu: 3ª reimpressão., Madrid

_____ (2007). *Eclipse da Razão*. Trad. Sebastião Leite. 1ª. Ed: 3ª representação., São Paulo

HORKHEIMER & ADORNO. (1947). *Dialética do Esclarecimento*. Trad. Querido Amesterdão., Madrid

- GARDINER, Patrick. (1984). *Teoria da História*. Trad. Victor Raul da Costa. 2ª Ed. Vol.1., Lisboa
- GRAF, Alain. (1996). *As Grandes Correntes da Filosofia Moderna*. Trad. Fernando Martinho. 1ª Ed., Lisboa
- D. Arasse et all. (1997). *O Homem do Iluminismo*. Trad. Maria José. 1ª. Ed., Lisboa
- FOUCAULT, Michel. (2008). *Arquivologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª. Ed: 3ª reimpressão- forense universitária., Rio de Janeiro
- FEYERABEND, Paul. (1977). *Contra o Método: esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento*. Trad. Octanny S. Da Mata Leonidas Hegenberg. Ed: livraria Francisco Alves., São Paulo
- BACHELARD, Gaston. (2008). *O Novo Espírito Científico*. Trad. António José Ribeiro. 70. Ed., Lisboa
- BAUDRILLARD, Jean. (1995). *A Sociedade de Consumo: arte e comunicação*. Trad. Artur Morrão. 70. Ed., Lisboa
- _____ (1981). *Simulacros e Simulação*. Trad. Maria João da Costa Pereira. Ed: relógio d' água., Lisboa
- BAUMAN, Zigmunt. (2007). *Vida Para o Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Ed: zahar., Rio de Janeiro
- _____ (2000). *Modernidade Líquida*. Trad. Polínio Dentzien. Ed: zahar., Lisboa
- _____ (2007). *Tempos Líquidos*. Trad. Polity Press de Combridge. Ed: língua portuguesa zahar- lda., Rio de Janeiro
- BLAUND, José. (2018). *A Filosofia do Conhecimento Científico de Gaston Bachelard: uma urgência para a epistemológica africana?* Ed: imprensa universitária., Maputo

- CÂNDIDO, António. (2011). *Ética na Gestão Pública*. Trad. Rose Lobo Goulart. Ed: 2^a., São Paulo
- CABRAL, Pinto. (1900). *A Formação Humana no Projecto da Modernidade*. Trad. António Oliveiras Cruz. Ed: epistemologia e sociedade., Lisboa
- DALL'AGNOL, Darlei. (2009). *Ética II*. Ed: processus., São Paulo
- FILHO, Júlio. (2011). *Ética: formação docente*. Ed: unesp., São Paulo
- GONÇALVES, Rodrigues. (2016). *Ética Geral E Reflexões: ensaios e reflexões*. Ed: Processus., Brasília
- WATHINS, John. (1990). *Ciência e Cepticismo*. Trad. Maria João Ceboleiro. Ed: Fundação calouste., Lisboa
- MOTO, Miguel. (2015). *Vitalismo e Ética na Filosofia do Último Benedetto Croce*. Trad. imprensa universitária., Lisboa
- MILL, John. (2005). *Utilitarismo*. Trad. Azevedo Gonçalves. 1^a. Ed., Lisboa
- MAZULA, Brazão. (2008). *Ética, Educação e Criação de Riquezas: uma reflexão epistemológica*. Trad. Leopoldo Fernandes. Ed: textos editores-lda., Maputo
- _____ (2005). *Ética, Educação e Criação de Riquezas: uma reflexão epistemológica*. Ed: imprensa universitária., Maputo
- MORIN, Edgar; PRIGOGINE, Ilya e OUTROS. (1996). *A sociedade em Busca da Alternativa de Valores: para fugir a alternativa entre o Cepticismo e o dogmatismo*. Trad. Luís Coceiro. Ed: Epistemologia e Sociedade., Paris
- MORIN, Edgar. (1977). *O Método I: a natureza da natureza*. Trad. Maria Gabriela de Bragança. 2^a. Ed: publicações Europa- América- lda., Lisboa
- MUCALE, Ergimino. (2013). *Afrocentricidade: complexidade e liberdade*. Ed: paulinas., São Paulo

- NIETZSCHE, Friedrich. (1999). *Obras Incompletas*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. Ed: nova cultural- Itda., São Paulo
- _____ (2021). *Nietzsche e a Verdade: aparência, erro, engano*. Trad. Associação brasileira universitária. 1ª Ed: ce., Fortaleza
- NGOENHA, Severino. (1993). *Filosofia Africana: das independências às liberdades*. Ed: paulistas-África., Maputo
- NGOENHA, Severino. (1992). *Por Uma Dimensão Moçambicana da Consciência Histórica*. Ed: salesianas., Maputo
- _____ (1994). *O Retorno do Bom Selvagem: uma perspectiva filosófica-africana do problema ecológico*. Ed: salesianas., Porto
- _____ (2013). *Intercultura, Alternativa á Governação Biopolítica?* Ed: isoed (instituto social de educação e desenvolvimento., Maputo
- NGOENHA, Severino E CASTIANO, José. (2011). *Pensamento Engajado*. Ed: educar- centro dos estudos moçambicanos e etnociências (mecec)
- LYOTARD, Jean. (1988). *O Pós-moderno*. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. 3ª. Ed., Rio de Janeiro
- LOCKE, John. (1998). *Dois Tratados Sobre o Governo*. Trad. Júlio Fischer. 1ª. Ed: martins fontes., São Paulo
- POTTER, Van. (2020). *A Bioética de V. R. Potter: 50 anos depois*. Ed: Pucpress., Citibank
- _____ (2016). *Bioética: ponte para o futuro*. Ed: Loyola., São Paulo
- PÔNCIO, Rafael. (2013). *Gestão Por Valores Humanos e Competências*. Trad. Ed: Multatual., São Paulo
- PINZANI, Alexandro; MONTENEGRO, Clovis e DUTRA, Delama. (2008). *O pensamento vivo de Habermas- uma visão interdisciplinar*. Ed: nefipo., Lisboa
- TAILLE, Yves. (2006). *Ética e Moral: dimensões intelectuais e afectivas*. Ed: artmed., São Paulo

KHUN, Tomás. (1998). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Trad. Beatriz Bianna Boeira e Nelson Boeira. 5ª. Ed: perspectiva., São Paulo

SANTOS, Boaventura. (2019). *O Fim do Império Cognitivo: afirmação das epistemológicas do sul*. 1ª. Ed: autêntica., São Paulo

SANTOS, Boaventura E MENESES, Maria. (2013). *Epistemologia do Sul*. Trad. Danilo Marales. Ed: cortez., São Paulo

EDART, Chamistry. (1963). *Química: uma ciência experimental*. Trad. Anita Rondon Berardinelli. Vol.I. Ed: livraria- lda., São Paulo

BRUNO, Giordano; GALILEU, Galilei E CAMPANELLA. (1983). *Sobre o Infinito, Universo e Os Mundos*. Trad. Helda Baracos, Neston Deola e Aristides Lobo. Ed: digital- soure., São Paulo